



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
124ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)

Em 29 de Maio de 2019

(Quarta-Feira)

Às 9 horas

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSL - SP) - Não havendo quórum regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

Muito obrigado.

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSL - SP) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 51 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSL - SP) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSL - SP) - Neste momento esta Presidência irá suspender a sessão extraordinária para dar início à sessão solene em homenagem ao Sr. Carlos Alberto de Nóbrega, proposta pelo Deputado Alexandre Frota.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a sessão às 9 horas e 17 minutos.)

(O Sr. Alexandre Frota, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Bom dia, nobres Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Neste momento, esta Presidência reabre a sessão extraordinária, após o encerramento da Comissão Geral destinada a debater o sistema penitenciário no Brasil, proposta pelo Deputado Lincoln Portela.

Está reaberta a sessão.

Vamos dar início à lista de oradores inscritos para dar como lidos seus pronunciamentos.

O primeiro inscrito é o Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, venho a esta tribuna para fazer um convite aos moradores da região do M'Boi Mirim, do Município de Itapeverica e da região do Embu. Todos sabem que o Governo do PSDB em São Paulo tem uma dificuldade muito grande para fazer com que o metrô seja metropolitano e chegue à periferia da cidade de São Paulo. Então, no próximo dia 31 de maio, sexta-feira, às 18 horas, haverá uma grande audiência pública na Paróquia Santos Mártires, na qual vamos discutir e reivindicar que a linha lilás do metrô de São Paulo se estenda para mais três estações, atendendo, então, à população da região do M'Boi Mirim.

Esse é o convite que faço. Eu estarei lá. Vamos lutar pela extensão da linha lilás do metrô.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Sras. e Srs. Deputados, o Maranhão está bastante preocupado. Toda a população da cidade de Barra do Corda está apavorada com as mortes, apenas este ano, de 15 bebês durante o parto. Todos se preocupam porque o número de crianças morrendo durante o parto está acima da média do Estado do Maranhão e acima da média nacional. Esse número só se compara aos números dos países mais pobres da África. Há denúncias graves em relação às autoridades do Município de Barra do Corda e aos profissionais da saúde, então há necessidade de que o fato seja investigado pelo Ministério Público Federal e também pela Polícia Federal.

A cidade de Barra do Corda espera uma resposta do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, da Polícia Civil e da Polícia Federal, porque o que está acontecendo na cidade realmente é uma situação calamitosa, uma situação bastante preocupante.

As mães estão indo para outras cidades realizar o parto, e as despesas estão sendo arcadas por outros Municípios, em função do medo do parto em Barra do Corda. Alguns dizem que há falta de equipamentos. Alguns médicos dizem que falta, inclusive, material para fazer o parto cesariano.

Portanto, a situação é bastante preocupante, e eu quero fazer este registro aqui.

Solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado Hildo Rocha.

Eu quero fazer um comunicado aos Deputados e Deputadas que se encontram nos gabinetes. Sei que temos agora reuniões de Comissões, porém já iniciamos a nossa sessão plenária e estamos chamando os Deputados inscritos para dar como lidos seus pronunciamentos. Então, os nobres Deputados que estão em seus gabinetes procurem vir ao plenário para poderem falar.

Tem a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Minha querida Presidente, hoje, com a condução do Deputado Nelson Pellegrino, vai ser instalada uma Frente Parlamentar em Defesa da PETROBRAS. Na verdade, é uma frente em defesa da soberania nacional.

Não é possível que um Governo com tantos Ministros militares esteja entregando um patrimônio como o petróleo nacional para empresas multinacionais. É o desmonte da PETROBRAS. Felizmente, o Ministro Fachin sustou a venda irresponsável da TAG. Mas a PETROBRAS está preparada para entregar ainda mais. Outras privatizações são anunciadas.

Não poderei estar presente no lançamento da frente parlamentar porque vou representar a Câmara dos Deputados no Parlamento do MERCOSUL, mas concluo, Sra. Presidente, dizendo que estamos na luta na defesa da PETROBRAS, na defesa da soberania nacional, contra esse modelo entreguista liderado por um Presidente da República, que, lamentavelmente, ainda vem do Exército Brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado Camilo Capiberibe.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero usar a palavra nesta tarde para convocar todos os estudantes do Estado do Amapá, estudantes dos Instituto Federal e da Universidade Federal, para voltarmos às ruas amanhã, a partir das 15 horas, para protestarmos contra os cortes na educação.

Sra. Presidente, no Amapá, a nossa universidade federal, uma das mais novas do Brasil, perdeu 15 milhões de reais, o equivalente a 12,8% do seu orçamento para 2019. E o Instituto Federal do Amapá também perdeu 12,2 milhões de reais, o equivalente a 37% do seu orçamento.

Essas instituições de ensino, tanto o IFAP quanto a UNIFAP, são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado, para a pesquisa, para a formação de recursos humanos. Então, toda a juventude e trabalhadores da educação vão para as ruas! Amanhã, dia 30, a manifestação vai ser muito maior do que no dia 15.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu também venho à tribuna solicitar, na verdade, implorar aos estudantes, às trabalhadoras e aos trabalhadores do campo e da cidade... Amanhã, dia 30 de maio, é muito importante ir para a rua. A aula, neste dia 30, tem que ser na rua. O tempo de trabalho tem que ser na rua.

Você não estará perdendo tempo, pelo contrário, você estará investindo na sua vida, porque nós não podemos permitir esse desmonte de setor tão importante como a educação.

Então, neste dia 30 de maio, vamos para as ruas! Todas as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade darão um basta a esse desmonte, a esse ataque à educação, a esse grande ataque às políticas públicas.

A sua ida às ruas não é perder o dia de trabalho, é ganhar tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado Padre João.

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato. Em seguida, passarei a palavra ao Deputado Célio Moura e ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queria registrar que, nesta semana, está ocorrendo aqui em Brasília o FONIF — Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

Quero pedir aos Deputados Federais que tenham um olhar especial para as Santas Casas e instituições filantrópicas e destinem recursos para essas instituições, porque elas são responsáveis por 260 milhões de procedimentos ambulatoriais e hospitalares por ano; 2,4 milhões de alunos matriculados nas suas faculdades; e mais de 3,6 milhões de vagas em serviços essenciais de proteção básica.

Essas entidades atendem a 80% da população brasileira em Municípios cobertos por esses serviços...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Pode concluir, Deputada Dra. Soraya Manato.

O SR. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - E atendem também 906 Municípios exclusivamente com hospitais filantrópicos. Então, elas são importantes demais para a nossa sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Célio Moura. Em seguida, falará o Deputado Zé Carlos.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos preocupados com a situação dos ex-servidores da SUCAM.

Os servidores que trabalhavam na Amazônia no combate à malária, à febre amarela, às endemias, mais de 600 trabalhadores, servidores da extinta SUCAM, estão afetados com intoxicação por DDT, Sra. Presidente.

Esses trabalhadores foram expostos, há muitos anos, ao DDT, inseticida que lhes causou intoxicação. E, hoje, eles estão abandonados, isto é, mais de 600 trabalhadores de Tocantins, Rondônia, Pará, do Brasil inteiro, estão buscando, na Justiça, desde 1994, indenizações decorrentes das intoxicações, das doenças renais, do diabetes e do câncer, resultado da exposição ao produto.

Sra. Presidente, é lamentável o abandono a que esses trabalhadores estão submetidos na atualidade. Muitas das suas indenizações, reivindicadas na Justiça, estão sendo canceladas.

Por isso, rogamos que essas indenizações sejam pagas, que as famílias desses servidores sejam atendidas e que a justiça seja feita.

Peço que o meu discurso seja registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deferido o seu pedido, Deputado Célio Moura.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CÉLIO MOURA.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* pronunciamento em que trato do desmatamento na Amazônia.

Somente nos primeiros 15 dias de maio, perdemos mais mata na Amazônia do que em 1 década. Foram desmatados cerca de 7 mil hectares, o equivalente a 7 mil campos de futebol, nessa tragédia, eu diria, ambiental.

Ao fazer este registro, quero dizer que nós temos que fazer algo, porque a Amazônia, um patrimônio mundial, não pode ser tratada dessa forma.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS.

ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - A lista de presença registra o comparecimento de 271 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 867, DE 2018

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 867, de 2018, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e pela adequação financeira e orçamentária desta; pela adequação orçamentária e financeira e pela admissibilidade parcial das Emendas nºs 1 a 4; 8 a 14; 16 a 19; e 21 a 35; quanto aos requisitos de constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa; pela inadmissibilidade das Emendas nºs 5 a 7; 15 e 20; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 4, 8, 10, 11, 14, 21, 22, 24, 26 a 28; 31 a 33 e 35; e pela aprovação parcial da Emenda de nº 30, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 3; 5 a 7, 9, 12, 13, 15 a 20; 23, 25, 29 e 34. (Relator: Deputado Sergio Souza. Relator Revisor: Senador Chico Rodrigues).

Há requerimento sobre a mesa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o art. 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da MP nº 867, de 2018.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2019.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Ausente.

Com a palavra a Deputada Sâmia Bonfim. *(Pausa.)*

Ausente.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado David Miranda. *(Pausa.)*

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) - Sra. Presidente, V.Exa. pode me conceder 1 minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a V.Exa., Deputado Enio Verri, 1 minuto, enquanto o Deputado David Miranda se dirige à tribuna.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Provavelmente, hoje será colocada em pauta nesta Casa a Medida Provisória nº 871, norma injusta, que extermina os sindicatos dos trabalhadores rurais em todo o País. E, pior, cria uma grande injustiça quanto aos trabalhadores afastados. Há um número de pessoas afastadas por doença que, mesmo sentindo dores, mesmo não enxergando ou andando direito, serão obrigadas a voltar ao trabalho por causa dessa medida provisória. Além disso, há previsão de se remunerar o médico perito que fizer com que o trabalhador, mesmo com dificuldade, volte ao trabalho.

Essa medida provisória tem que ser derrubada, não pode ser aprovada de maneira nenhuma! Ela será apenas o pontapé inicial da, tão injusta quanto ela, reforma da Previdência. A reforma da Previdência é muito mais prejudicial do que essa Medida Provisória nº 871, que diminui a luta no campo e, principalmente, oprime mais ainda os trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar favoravelmente ao requerimento, concedo a palavra ao Deputado David Miranda.

O SR. DAVID MIRANDA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos e a todas.

É imprescindível que retiremos essa matéria de pauta, porque antes é preciso haver diálogo. Caso ela seja votada, representará um grande retrocesso em relação às matérias que já foram votadas nesta Casa. Essa medida provisória vai fazer com que acabe todo o nosso meio ambiente. Isso é muito complicado. Não podemos deixar que essa matéria continue na pauta; precisamos retirá-la de imediato, até que possamos ter, no mínimo, um consenso nesta Casa, com diálogo e a realização de audiências públicas.

O Governo Bolsonaro, realmente, tem feito muito isto com a edição de várias medidas: passa o trator, usa o serrote diretamente. Ele não está respeitando o tempo plausível desta Casa. Como os Deputados e as Deputadas vão poder estudar, planejar, entender, votar as emendas e transformar essa medida provisória que chega à Casa? Qual o tempo hábil para isso? Temos vivenciado muito isso no Governo Bolsonaro. Há um bate cabeça, um corte; querem passar o serrote em todos sentidos. E essa medida provisória é mais uma delas.

Nós não podemos admitir que o Governo Bolsonaro continue agindo dessa forma com a Câmara dos Deputados, com o meio ambiente, com a educação e, agora, também com a saúde.

Nós precisamos estar aqui preparados, a postos, para podermos retirar de pauta essa matéria, porque é preciso respeitar esta Casa e os Deputados. Nós precisamos de diálogo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota pela obstrução.

É importante que se retire essa matéria da pauta, até porque as emendas ali introduzidas acabam com o Código Florestal, comprometem a agricultura brasileira e deixam o País em uma situação de vexame diante do Acordo de Paris. Dos 12 bilhões de hectares que o Brasil se comprometeu a restaurar, pelo Acordo de Paris, 5 milhões de hectares deixarão de ser restaurados se for aprovado o PLV da forma como veio da Comissão.

O PT é favorável à prorrogação do Programa de Regularização Ambiental da forma como veio do Executivo. O partido entende ainda que a medida provisória joga na lata do lixo o Código Florestal.

Portanto, o PT entra em obstrução.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sra. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para orientar pelo PSB, tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSB está em consonância com o que já foi dito aqui. O desmatamento tem sido avassalador no País nos últimos anos.

Nesse sentido, o PSB, tendo em vista o que foi incluído na Comissão Especial, vai manifestar a sua discordância. O nosso voto é pela obstrução.

Eu faço ainda um registro do que está sendo gerado com a PEC do Teto de Gastos, Deputado Rogério.

Moradores do Distrito de Pindaíbas, em Patos de Minas, estão recolhendo assinaturas para impedir o fechamento da Escola Estadual Professor Manoel Lopes Nogueira e de uma escola estadual que funciona no mesmo prédio. A intenção é encaminhar esses alunos para outro distrito, distante 30 quilômetros do centro da cidade. Estão querendo fechar uma escola em função da retenção de gastos. Corte de gastos com a educação significa acabar com a capacidade de gerarmos conhecimento no País.

Nesta matéria, o PSB está em obstrução.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Como vota o PSL?

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL orienta "não" à retirada de pauta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PL?

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL também vai orientar "não" pela retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

O SR. SERGIO VIDIGAL (PDT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT também é favorável à medida provisória na sua forma original, como chegou nesta Casa.

Somos favoráveis à prorrogação. O que foi incluído na medida provisória realmente violenta todos os princípios ambientais que nós defendemos. Há até um requerimento do Cidadania, para que se possa votar a MP original, a que nós seremos favoráveis.

Por esta razão, neste momento, o PDT entra em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o DEM?

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, em nome da bancada do Podemos, nós defendemos a retirada de pauta dessa medida provisória. Fizemos um estudo e verificamos que o Brasil poderá perder em matas um território equivalente a Portugal.

Por isso, nós, que defendemos o meio ambiente, que defendemos a água, que defendemos a vida, somos favoráveis à retirada de pauta dessa medida provisória.

O Podemos vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSOL?

O SR. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSOL está em obstrução.

Eu gostaria de aproveitar para registrar o nosso repúdio ao Ministro da Advocacia-Geral da União que indicou ao STF a possibilidade de entrada da Polícia Militar nos *campi* das universidades federais brasileiras, para supostamente identificar uma doutrinação ou uma ideologia ali presente. Isso mostra um desconhecimento completo do caráter crítico e reflexivo da educação superior brasileira.

Sra. Presidente, também gostaria de registrar novamente repúdio aos cortes feitos na educação básica e no ensino superior. E, nesse sentido, quero endossar a convocação das manifestações de amanhã, dia 30, que, sem dúvida, serão maiores e vão dar uma lição na tentativa frustrante de mobilização da base do Governo no último domingo. As manifestações

foram muito menores do que aquelas que o Presidente já conseguiu demonstrar anteriormente como força, revelando a reprovação do povo diante de tantos cortes, violência e autoritarismo.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM) - Sra. Presidente, peço a palavra para falar pelo PRB.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PRB?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB orienta "não".

Eu quero deixar claro que a Esquerda deve parar de mentir para a população, dizendo que esta medida provisória vai causar um grande desmatamento. Nós já temos uma lei, o Código Florestal, que faz essa proteção. Precisamos incentivar mais ainda a fiscalização. Com isso, sim, eu concordo.

Em relação à Polícia Militar nas universidades, eu recebo, como policial, todos os dias, pedidos de socorro dos estudantes para atuar nessas instituições, porque são *campi* enormes, onde ocorrem muitos estupros e assaltos. A presença da Polícia Militar vai trazer mais segurança aos estudantes que querem ir para as universidades estudar. Mas parece que existe partido que não gosta da Polícia.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o NOVO? (*Pausa.*)

Como vota o Avante? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

O SR. CHIQUEIRO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Avante, "não".

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PMN orienta pela obstrução. Ao mesmo tempo, quero aproveitar para registrar um momento muito importante...

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO) - O PP orienta o Bloco...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só um minutinho, Deputada. O Deputado Eduardo Braide está orientando pelo PMN.

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA) - O PMN orienta pela obstrução, Sra. Presidente.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar para registrar os 68 anos de um importante jornal do meu Estado. Refiro-me ao *Jornal Pequeno*, que, ao longo desses 68 anos, vem escrevendo e fazendo a história do Maranhão. Parabenizo a D. Hilda Bogéa e toda a família do *Jornal Pequeno*, para que tenham vida longa nesse trabalho que vêm realizando ao longo desses anos. É um jornal que se reinventa a cada ano e, tenho certeza, contribui muito para a democracia no Estado.

Portanto, parabéns ao *Jornal Pequeno* e a toda família que faz dele um grande jornal no Estado do Maranhão.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PP?

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Bloco PP/MDB/PTB orienta "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Alguém mais deseja orientar?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Minoria?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada, a Minoria orienta "obstrução".

Quero aproveitar esta oportunidade para interrogar por que o Senador Flávio Bolsonaro entrou pela terceira vez com pedido de *habeas corpus* para tentar impedir a quebra do sigilo bancário dele. O que Flávio Bolsonaro teme? A ligação dele com Queiroz? A ligação com as milícias? É muito estranho esse tipo de atitude do Flávio Bolsonaro.

Eu gostaria de dizer que, depois que o COAF saiu das mãos do Moro, parece que ele entrou em desespero, porque agora não tem o controle do Moro para livrá-lo da quebra do sigilo bancário e de se conhecer de fato as ligações que ele tem com as milícias.

Em 30 de maio a manifestação será maior. Vamos às ruas, povo!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Algum partido deseja orientar?

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Cidadania, "sim", Presidenta.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, a Oposição está obstruindo essa votação. E é importante que nós partilhemos com o Brasil o motivo dessa obstrução: uma medida provisória que originalmente previa a prorrogação do período de atualização dos cadastros ambientais, agora está sendo usada para permitir a ampliação do desmatamento no Brasil. Então, nós não podemos pactuar com uma lei que facilite o desmatamento no País. Essa é uma posição atrasada, pois prejudica a economia, prejudica o meio ambiente, prejudica a imagem internacional do Brasil.

Como vamos transformar uma proposta de lei, que era para prorrogar prazos para adaptar o Código Florestal, em um facilitador de anistia a desmatamento?

Por isso, a obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Alguém mais deseja orientar?

O SR. MARA ROCHA (PSDB - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero me manifestar a favor dessa medida provisória por compreender a agonia dos pequenos produtores rurais, os principais interessados na prorrogação do prazo para adesão ao programa de regularização ambiental. A falta dessa regularização deixou vários pequenos produtores impedidos de ter acesso ao crédito rural, causando prejuízo a milhares de famílias.

Eu lembro que essa prorrogação de prazo se faz necessária, pois muitos Estados ainda não fizeram seu programa para receber os dados dos produtores. Além disso, essa medida determina que as multas aplicadas em razão da conversão irregular da vegetação nativa, ocorrida anteriormente a 22 de julho de 2008, serão convertidas em prestação de serviços ambientais, desde que sejam cumpridas todas as obrigações impostas no PRA para regularização da propriedade ou posse rural. Isso é um alento para o pequeno produtor que fica preso a multas astronômicas impagáveis.

Sra. Presidente, essa medida provisória não aumentará ou diminuirá o desmatamento. Isso é falácia. Ela, na verdade, trará segurança jurídica ao pequeno produtor rural.

Por isso, o PSDB orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Alguém mais deseja orientar? (*Pausa.*)

Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Verificação.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Verificação.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - Sra. Presidente, o PSL pede verificação conjunta.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônica.

Está iniciada a votação.

Enquanto aguardamos os Deputados que estão em seus gabinetes virem ao plenário votar, vou conceder 1 minuto aos Deputados que se inscreveram.

O primeiro a solicitar a palavra foi o Deputado Boca Aberta, a quem concedo a palavra.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas. Venho rapidamente aqui alertar todos os Deputados sobre a empresa Soberana. Eu já falei duas ou três vezes aqui que ela deu o calote aqui nos vigilantes e não quer pagar. Existe um fundo de reserva aqui na Casa, segundo o contrato, que é para suprir a verba indenizatória.

Agora esse tal de Índio, que não tem vergonha na cara e é o dono da Soberana, ganhou — pasmem os senhores — a licitação no TST e no Banco de Brasília, o BRB, Deputada Soraya, e vai prestar serviços lá por mais de 60 milhões de reais. Esse tal de Índio está vindo aqui hoje para pegar certidão negativa para apresentar lá.

Então, Sras. e Srs. Deputados, vamos ajudar os trabalhadores aqui da Casa que tomaram calote.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Célio Moura.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã vai ser diferente, vai ser maior. O Brasil todo vai para as ruas contra esse desgoverno que não quer que filho de pobre estude, que quer acabar com a universidade pública e gratuita. Enquanto isso, a irmã de Paulo Guedes, que é Vice-Presidente da Associação das Universidades Privadas, está rodando por aí, querendo privatizar o ensino superior, Sra. Presidente.

Portanto, nós conclamamos todos os estudantes do Brasil, professores, pais, todas as pessoas envolvidas na educação, a que venham para a rua amanhã. Amanhã vai ser diferente, vai ser maior, Sra. Presidente.

Vamos às ruas, Brasil!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, o ex-Presidente da Vale, Fabio Schvartsman, foi ao STF e solicitou *habeas corpus* para não vir depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o crime da Vale em Brumadinho. É impressionante a cara de pau desse pessoal da Vale! Minas Gerais tem mais barragens para se romperem, como os senhores têm acompanhado, como Barão de Cocais. Já se rompeu a de Mariana, e, depois do rompimento da barragem em Brumadinho, a Vale não colabora em nada. Está querendo fazer obstrução nas investigações e conseguiu *habeas corpus* para sequer vir à Câmara dos Deputados, o que é também um atentado aos poderes do Congresso Nacional e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Nós vamos quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico e da Internet, para poder apurar o que de fato ele tem a ver com o crime cometido pela Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Pelo PSD, tem a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Junior. *(Pausa.)*

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, só peço para deixar registrado no painel que o PSD é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PSD é "não".

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero registrar aqui que eu, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Edmilson Rodrigues apresentamos requerimento, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para que seja convocado o Advogado-Geral da União, o Ministro da AGU, que foi ao Supremo Tribunal Federal defender a presença da polícia nas universidades, com o argumento de que professor não pode ser militante. Essa é uma tentativa de calar o pensamento crítico. É uma tentativa de colocar medo nas universidades, nas escolas federais, nos institutos, nos professores, nos estudantes, mas não vai funcionar. No dia 30, a mobilização em defesa da educação pública vai vir com toda a força.

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, pelo PV, a orientação é "obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PV orienta "obstrução".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Espere só um pouquinho, Deputado Pompeo de Mattos.

O Deputado José Nelto me solicitou 1 minuto.

Concedo a palavra ao Deputado José Nelto.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero deixar registrado nos Anais deste Plenário que achei ontem exagerado. Não deveria a CCJ ter convocado o nosso colega Onyx Lorenzoni para comparecer à Comissão para dar explicações sobre o decreto das armas.

O Deputado Onyx Lorenzoni é deste Parlamento e poderia ter sido convidado, estaria aqui dialogando com os Deputados. S.Exa. é um dos melhores Ministros que nós temos neste Governo, é um bom articulador político, está ajudando muito o Brasil. Daí a minha solidariedade ao Ministro e o apoio total da nossa bancada, do partido Podemos, ao Ministro, colega nosso, Onyx Lorenzoni.

Muito obrigado.

Peço para que o meu discurso seja registrado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deferido o pedido de V.Exa., Deputado José Nelto.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero deixar registrado, sobre a Medida Provisória nº 867, que trata da questão ambiental, da produção de alimentos, que é claro que todos nós temos uma angústia. Nós estamos aqui entre a cruz e a espada. Nós temos que ter a preservação ambiental? Sim, claro, mas temos que ter a produção de alimentos. Isso é imprescindível. Não tem como nós abrimos mão disso.

Então nós estamos procurando uma negociação no sentido de desidratar essa medida provisória; de equilibrar, para que nós possamos ter a preservação ambiental e também ter a necessária produção de alimentos e os instrumentos de que o agricultor, o lavoureiro, o plantador precisa para produzir alimentos, botar o pão na mesa de cada dia. Então, nós estamos vivendo essa dicotomia.

Eu, ao final e ao cabo, vou votar na produção de alimentos. Não tenho dúvida de que isso não pode faltar à mesa, mas nós vamos às últimas consequências para melhorar essa medida provisória, para preservar o meio ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Gustinho Ribeiro, para orientar pelo Solidariedade.

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Solidariedade orienta "não".

Aproveito aqui para registrar o nosso apoio e o apoio da nossa bancada ao Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, e ao Parlamento de um modo geral. Estamos vivendo no País um radicalismo extremo, e alguns próximos que cercam o Governo Federal têm proferido ataques a este Parlamento. É bom deixar claro que este Parlamento está tentando ajudar o Governo Federal, está tentando ajudar o País a retomar o emprego, a fortalecer a nossa economia.

Alguns que cercam o Governo atacam de forma gratuita este Parlamento, e isso é um absurdo! O Parlamento será protagonista das reformas. O Parlamento é quem vai fazer com que o nosso País avance, gere emprego, melhore a economia...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - O PCdoB, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Gustinho Ribeiro, peça-lhe que conclua.

Só 1 minutinho, Deputado Orlando Silva.

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE) - É por isso que esta Casa tem trabalhado no diálogo, no entendimento, para que, junto com o Governo Federal, com o Poder Executivo, nós possamos avançar.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Só vou encaminhar pelo PCdoB, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva, para encaminhar pelo PCdoB.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB vota "obstrução", está em obstrução política, em função dos desmandos e absurdos que são praticados e propostos pelo Governo Bolsonaro.

A última sandice do Governo é uma proposta do Advogado-Geral da União que solicita ao Supremo Tribunal Federal — STF autorização para a Polícia Militar estar nos *campi* universitários.

Ora, os policiais são muito bem-vindos à universidade para estudar, para se preparar, para se qualificar para a vida. A PM no *campus* não cabe. O *campus* universitário é um lugar de liberdade, de crítica, de tolerância, de diversidade, não de repressão. Por isso, esta é mais uma medida demagógica do Governo.

O Governo deveria valorizar os policiais, pagar salários melhores, oferecer melhores condições de trabalho e utilizar a PM para combater o crime, e não fazer demagogia, tentando insuflar a população.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sra. Presidente...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Quero orientar pelo PSD, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só 1 minutinho. Eu estou seguindo a inscrição aqui de todos os que pediram. O Deputado Edmilson já está aguardando...

Já passo para V.Exa. também. Há vários inscritos.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Átila, a Enorê e a Walewska Monteiro perderam um pai amoroso, mas o povo paraense, o povo da Amazônia, o povo brasileiro perdeu um grande escritor. A literatura brasileira tem uma grande perda com o falecimento do paraense Walcyr Monteiro. Além de escritor, jornalista, sociólogo, preocupado com a ufologia, era acadêmico das letras e do samba.

Ele era um camarada que talvez não fizesse questão de ser homenageado no momento do seu falecimento, porque a vida dele era sinônimo de alegria, arte, amizade, encontro...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Peço-lhe que conclua, Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - ...e de reflexão sobre o futuro.

Então, eu queria homenagear, em memória, o escritor Walcyr Monteiro e me solidarizar com a família dele e com o povo paraense, que perde um grande escritor brasileiro.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Governo orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O Governo, "não".

Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria aproveitar este momento para festejar uma conquista importante para o Rio Grande do Sul.

Nós estivemos com a coordenação da bancada, está aqui o Deputado Cherini. Todos nós Deputados Federais e Senadores do Rio Grande do Sul conquistamos para a segurança pública do Estado um total de 272 viaturas, para a Polícia Civil e para a Brigada Militar. Nós também conquistamos armas, como carabinas, e coletes de proteção balísticos.

Estes equipamentos vão garantir ao cidadão que está nos Municípios do interior e ao que está na Capital condição de proteção, segurança à vida. Hoje a prioridade é a segurança de todos. Por isso, os órgãos de segurança pública precisam desse recurso.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Seu pedido foi deferido.

Com a palavra a Deputada Joenia Wapichana, para orientar a bancada.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a REDE orienta pela obstrução, porque essa medida provisória provocou muitas reações por quem defende o meio ambiente, por quem preza pelo avanço das políticas socioambientais, por quem é contra a grilagem de terra.

O texto original teve o intuito de fazer uma regularização em termos de leis ambientais seguindo toda a discussão do Código Florestal. Nós temos que prezar pela constitucionalidade, e a proposta que veio do PVL insere uma série de jabutis que são considerados inconstitucionais inclusive por decisão do Supremo.

Por essa situação, a Rede Sustentabilidade vai continuar em obstrução.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Aguarde só um pouquinho, Deputado. Eu estou verificando todos os que estão pedindo a palavra, está na sequência.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, recebemos hoje a visita do Deputado Estadual Paparico Bacchi, do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, que vem aqui também dar apoio para que possamos votar com muito vigor essa Medida Provisória nº 867, que vai dar segurança jurídica ao nosso agricultor, a fim de que ele possa fazer financiamentos e encaminhar o CAR com tranquilidade.

Não há, em nenhum item da medida provisória, qualquer tipo de encaminhamento no sentido de favorecer o desmatamento. Pelo contrário, a MP 867 protege a agricultura, o agricultor, o emprego, a comida, enfim, aqueles que levam o Brasil nas costas, que são os nossos agricultores.

Portanto, o nosso partido encaminha pela votação da MP 867 positivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Atendendo ao pedido dos nossos colegas Líderes, solicito aos Deputados e às Deputadas que estão em seus gabinetes que venham votar. Atingido o quórum, nós vamos finalizar a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Bira do Pindaré. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Eu quero registrar, hoje, nos Anais da Câmara, o aniversário de 68 anos do *Jornal Pequeno*, fundado por Ribamar Bogéa, homem de coragem, que conseguiu transmitir para os funcionários todas as suas ideias, toda a sua coragem. Isso fez com que esse jornal pudesse ser hoje um dos mais lidos no Maranhão, evoluindo e se modernizando ao longo desses anos.

Eu quero também, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidar cada um dos senhores para, daqui a pouco, às 14h30min, participarem do lançamento do livro que escrevemos, editado pela gráfica da Câmara Federal, intitulado *O Sistema Tributário que Queremos*, em que apresentamos o sistema tributário que defendemos.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Freixo.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSOL encontra-se em obstrução pelos desmandos do Governo Bolsonaro e pelo desrespeito para com a educação pública, os estudantes e os professores.

A última insanidade deste Governo foi cometida pelo Advogado-Geral da União, que entrou no Supremo para garantir que a polícia possa entrar nas universidades para reprimir professores.

É inacreditável que o mesmo Governo que retira verbas das universidades, que retira verbas dos institutos federais, que retira verbas da educação básica, trate professor como caso de polícia. Queremos, sim, que a polícia entre na universidade para poder estudar, para poder ter relação positiva e democrática com os professores, e não para reprimir educadores, não para reprimir professores.

É inaceitável que um Governo autoritário, que não tem compromisso com a democracia, trate professor como caso de polícia. A resposta será dada no dia 30, com professores e estudantes nas ruas pedindo democracia e educação pública.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado David Miranda.

O SR. DAVID MIRANDA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, venho aqui, mais uma vez, falar sobre o Governo Bolsonaro, que agora, com o seu Advogado-Geral da União, entra com uma ação no Supremo

Tribunal Federal para que policiais atuem nas faculdades públicas. Já não bastam os cortes, os ataques à educação e à classe trabalhadora deste País. Agora querem também atingir o pensamento crítico. Não podemos permitir que isso aconteça nas nossas faculdades, lugar onde há tanto conhecimento, a criação do pensamento crítico. O Governo vai contra a maré o tempo todo.

Isso é um absurdo! E deixo aqui o meu repúdio.

Amanhã a movimentação nas ruas vai ser muito maior. A resposta vem pela educação, porque o povo desse Governo do Presidente Bolsonaro não sabe o que é educação. Ele vai saber amanhã nas ruas.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Mais uma vez chamo a atenção dos nossos nobres colegas, Deputadas e Deputados, que estão nos gabinetes: atingido o quórum, vamos finalizar esta votação.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero aqui fazer uma denúncia grave e chamar a atenção de todos os pais do Brasil — pais de pré-adolescentes e de adolescentes. Isto está acontecendo em todas as escolas do País: os estudantes estão sendo convocados e ameaçados em sala de aula, como no Colégio Orlando Bittar, no meu Estado do Pará, na Grande Belém, em que o professor de Geografia disse que o aluno que não for para as ruas amanhã vai perder dois pontos e os que forem vão ganhar dois pontos; que as aulas vão ser nas ruas; que eles prestem atenção aos cartazes, no que as pessoas falam.

Isso é um crime! Isso é um absurdo com a educação brasileira! Isso precisa ser denunciado e os pais devem impedir que aconteça.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim, que disporá de 1 minuto.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a nossa finalidade é fazer um convite a todas as Sras. e a todos os Srs. Parlamentares: amanhã, a partir das 9h30min, no Plenário 11, realizaremos um encontro promovido pela Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético.

No primeiro momento, teremos o debate em torno do RenovaBio. É um trabalho de todos aqueles que acreditam no Brasil, no sentido de evitar mudanças climáticas na captura dos gases de efeito estufa. Temos orgulho daquilo que o nosso País faz na área de biocombustíveis.

No segundo momento, debateremos o Rota 2030, o novo sistema automotivo que esta Casa votou, e caminhamos para ter o híbrido elétrico, biocombustíveis. É uma boa demonstração de como a agricultura rima com meio ambiente e cuida da questão...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero dar como lido pronunciamento sobre a precarização do Programa Mais Médicos e a irresponsabilidade de Bolsonaro.

Nós sabemos que as ameaças, as desqualificações e a postura agressiva de Bolsonaro levaram ao rompimento do acordo com os cubanos, que era muito positivo. Cinquenta por cento dos profissionais do Mais Médicos eram cubanos, muito queridos pela população brasileira. Foi prometido que as vagas seriam preenchidas imediatamente, mas 42% das cidades estão com vagas em aberto. Projetam-se, em estudos da Universidade de Stanford e do Imperial College, junto com a Universidade Federal da Bahia, 100 mil mortes consideradas evitáveis se não houver cobertura, mas os médicos do Mais Médicos debandaram e os médicos brasileiros não querem assumir essa proposta.

Por isso, quero resgatar esse trabalho da carência nas cidades brasileiras. São 139 cidades em situação muito delicada. Não há um médico, pois os médicos cubanos não foram substituídos. A situação é agravada, Sra. Presidente, porque a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, cujos efeitos resultam em perda bilionária para o SUS, em 2019, deve alcançar um corte de 10 bilhões de reais para a saúde.

Com essa política irresponsável de Bolsonaro de romper com os cubanos do Mais Médicos, quem sofre é a população que está nas periferias das grandes cidades e, principalmente, os Estados do Norte e Nordeste, onde médicos brasileiros não querem assumir o programa.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, agradeço.

Quero informar a todos que, amanhã, dia 30, será realizada uma mobilização nacional com a juventude brasileira, com estudantes, educadores, professores e professoras. E eu aproveito para fazer uma homenagem a todas essas pessoas que defendem o Brasil hoje de um futuro sem ciência, sem educação, sem tecnologia. Sem essa aliança que deve haver entre educação básica e ensino superior, nós não teremos condições de nos desenvolver como Nação e garantir direitos. Por isso, eu estarei com os estudantes e os colegas professores nas ruas.

Ao mesmo tempo, Sra. Presidenta, eu fiquei extremamente feliz com a carta do Papa Francisco ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Temos ali um exemplo da amorosidade, do respeito e do reconhecimento da injustiça que, hoje, o Presidente Lula vive.

Quero, portanto, de forma muito breve, agradecer ao Papa Francisco, de público, e dizer que renovamos a nossa confiança na inocência do Presidente Lula. A justiça um dia virá a ser feita. Esse é o caminho para a democracia do Brasil. Precisamos nos unir, e nos unir pelo que é digno, pelo que é justo, pelo que é decente. As palavras do Papa Francisco — não apenas ao Presidente Lula, mas ao Brasil e ao mundo — são sempre de paz, amor e justiça. Então, gratidão ao Papa Francisco!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra a Deputada Shéridan e, em seguida, os Deputados Beto Faro e Bia Kicis.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos os colegas.

Eu venho aqui chamar a atenção para um fato, no exercício pleno de uma das atribuições de um Parlamentar: a de fiscalizar. Com todos sabem, o meu Estado de Roraima vive um momento muito delicado. Mas um caso específico, ocorrido no dia de ontem, causou comoção: uma senhora morreu pela falta de humanidade e de atenção básica de saúde do Hospital Geral do meu Estado. Isso fez com que ela morresse em condições subumanas.

Eu protocolei agora, no Ministério Público do meu Estado, um pedido de atenção especial para a averiguação desse caso. No entanto, chamo a atenção não só para este caso, mas para a situação da saúde pública de Roraima como um todo. O meu Estado, como todos bem sabem, vem passando por um momento muito difícil do ponto de vista político, mas transferir a responsabilidade ou dizer que foi a gestão de A ou de B que deixou de fazer não vai resolver o problema mais importante e urgente, que é a falta de um atendimento responsável e respeitoso para o meu povo, o povo daquela terra.

Cirurgias são canceladas, faltam equipamentos, as pessoas não têm ambulância, as pessoas não têm atenção básica, não há respeito no atendimento de média e alta complexidade. A falta de gestão pública, que é responsabilidade do Poder Executivo do Estado, não pode continuar ceifando vidas, matando pessoas, maltratando o nosso povo, deixando vulnerável o povo daquela terra.

Roraima merece atenção. No ano passado, o Estado passou por uma intervenção federal, que até agora não mostrou a que veio.

Como Deputada, estou cobrando dos órgãos controladores e fiscalizadores: onde estão os recursos que chegam para a saúde? A saúde pública está entregue, está à deriva. Estão maltratando, matando e deixando o povo de Roraima em estado de extrema vulnerabilidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Beto Faro e, em seguida, a Deputada Bia Kicis.

O SR. BETO FARO (PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer dois registros.

Na última segunda-feira, na companhia do Senador Zequinha Marinho, do Superintendente Regional do INSS e do Gerente Executivo do INSS em Belém, estive no Município de Nova Esperança do Piriá, onde inauguramos uma agência do INSS que faz parte do plano de expansão das agências do INSS no Brasil, lançado pela Presidente Dilma para levar o INSS a Municípios com mais de 20 mil habitantes. Eu pude fazer uma emenda que, apesar de um certo atraso, agora resulta na instalação dessa agência do INSS.

O povo de Nova Esperança do Piriá tinha que passar por cinco Municípios para ser atendido no Município de Bragança, a 400 quilômetros de distância. Hoje esses cidadãos têm uma agência naquele Município. Agora será dada uma maior atenção a todas as pessoas que lá residem, agricultores e trabalhadores de uma forma geral.

Por fim, quero agradecer, mais uma vez, ao Papa Francisco, que, numa carta ao Presidente Lula, reconhece, assim como nós, a inocência efetiva do Lula, a importância do Lula para a política do País e do mundo. Todos nós aqui estamos torcendo para que ele, que foi o maior Presidente de toda a história do Brasil, possa estar na rua convivendo com o seu povo, com todos os brasileiros.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiramente, eu gostaria de dizer que falta com a verdade quem fala que o Presidente Bolsonaro e o Ministro da Educação estão mandando a polícia invadir universidades e que, para isso, entraram com uma ação no Supremo. Isso não é verdade.

Houve um parecer muito claro da Advocacia-Geral da União, através do Dr. André Mendonça, dizendo que há que se sopesar o direito à liberdade de expressão com a legislação sobre propaganda eleitoral, que confere concretude aos princípios mencionados, de modo a garantir a higidez da disputa entre os candidatos a cargos políticos. Por isso, é preciso avaliar caso a caso as propagandas eleitorais, e não de forma abstrata, como tem feito o Supremo Tribunal Federal.

Além disso, eu gostaria de dizer que o PT se comporta como se o Programa Mais Médicos não tivesse sido derrubado nas urnas exatamente porque o povo não quer que Cuba seja financiada com o nosso dinheiro. Hoje estamos analisando, na CCJ, a questão do REVALIDA...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) - Temos, sim, atendimento médico a todos, mas com responsabilidade, e não financiando ditaduras comunistas.

E mais um detalhe: quanto à carta do Papa Francisco, até Jesus perdoou o bom ladrão no último momento. Desde que Lula se arrependa, reconheça...

Não houve nenhum tipo de reconhecimento da sua inocência, apenas a misericórdia do Papa, que fez como Jesus e perdoou o bom ladrão. Falta o Lula mostrar que é o bom, não o mau ladrão.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Eu gostaria de informar aos nobres colegas Deputados e Deputadas que nós vamos finalizar a votação assim que chegarmos ao quórum. Além disso, teremos excessivas votações na tarde de hoje. Então, venham ao plenário!

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva e, depois, ao Deputado Márcio Labre e ao Deputado Bacelar.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero celebrar, na tarde de hoje, 29 de maio de 2019, uma vitória da luta dos trabalhadores, porque estamos às vésperas do sepultamento da Medida Provisória nº 868, de 2018, que abria caminho para a privatização do saneamento, que abria caminho para uma restrição ainda maior do acesso à água.

A água é um direito vital do nosso povo. A derrota da Medida Provisória nº 868 é fruto de uma mobilização importante da sociedade civil brasileira, dos sindicatos e das associações de empresas de saneamento.

Eu quero saudar, particularmente, o SINTAEMA — Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que dirige a luta dos trabalhadores da SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; da CETESB — Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; do parque florestal. Quero saudar a FENATEMA — Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente, que agrega os trabalhadores urbanitários, que estiveram na linha de frente da mobilização e da resistência contra a Medida Provisória nº 868.

Para concluir, quero dizer que a luta dos trabalhadores em saneamento, a luta dos urbanitários, a luta da bancada de oposição ao Governo de Jair Bolsonaro é uma luta em defesa do saneamento público, do acesso à água. Isso é parte de uma reforma urbana que o Brasil precisa desenvolver. É inevitável a participação do Estado, que tem o papel de alavancar os investimentos para que o direito à vida, ao saneamento e à água seja uma realidade na vida do nosso povo.

No mundo inteiro, a experiência de privatização desse setor está sendo revertida. Por isso, foi muito importante a luta que o SINTAEMA e a FENATEMA iniciaram. Lembro-me de uma grande passeata que fizemos a partir da Rua Costa Carvalho, uma das principais bases da SABESP em São Paulo.

E fica a mensagem: lutar vale a pena. A luta e a resistência dos trabalhadores é que vão derrotar o Governo Bolsonaro e seus intentos de destruição do Estado, da democracia e dos direitos do nosso povo.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Márcio Labre. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu faço um apelo a V.Exa.: finalize a votação!

Estamos há 40 minutos segurando um quórum que os Deputados não querem. Justiça seja feita: essa prática não é de V.Exa., é costumeira na Casa, mas o Presidente da Mesa não pode atuar para superar uma obstrução. Quem tem que superar a obstrução é o Governo. Não podemos usar a Mesa da Câmara dos Deputados como uma sublegenda da Liderança do Governo. É corriqueiro passarmos a manhã toda aqui, Sra. Presidente, segurando a votação para que se atinja o quórum de 257 presentes. Isso não é correto.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Bacelar, peço a V.Exa. que finalize.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Vou concluir, Sra. Presidente.

Quem está fazendo a obstrução, na hora em que atingirmos os 257 votos, vai pedir a V.Exa. que espere alcançar 300 ou 400 votos, para aprovarmos o requerimento de retirada de pauta.

Está na hora de finalizar a votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Quando atingirmos o quórum, finalizaremos, com certeza.

Faltam apenas nove Deputados.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues e, em seguida, o Deputado Alexandre Frota.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, não adianta chorar! Amanhã milhões estarão nas ruas. É um movimento espontâneo. Nenhum professor está dando ponto para os alunos irem às manifestações. É a defesa da educação nacional que movimenta os estudantes e os trabalhadores da área da educação.

No dia seguinte, dia 31, o povo de Marituba e da Região Metropolitana de Belém parará as vias para protestar contra o abandono de uma política ambiental fundamental. A empresa contratada para coleta e tratamento do lixo transformou o que deveria ser um aterro num lixão. O povo de Marituba está adoecendo. E agora, dia 31, ela quer sair do local. Ela já teve os seus bens bloqueados. Nós vamos resistir, para construir uma solução que dignifique a nossa cidade.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

É engraçado como eles estão nervosos. Eles destruíram a educação no Brasil.

Aliás, o Deputado da Esquerda que falou esqueceu que ele mesmo participava de uma milícia da Esquerda montada dentro do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. O Ministério Público moveu uma ação.

Eles têm receita para tudo. Eles assaltaram o País, destruíram a nossa educação e agora vêm com esse papo, dizendo que estão reconstruindo a educação do País, a favor deles. É uma enganação! Nós sabemos disso.

Eles deveriam ter vergonha nessa cara!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu fui ofendido pelo Deputado Frota. Eu queria 1 minuto, para o direito de resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só um minutinho, Deputado.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, que solicitou a palavra. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, Sra. Presidente! É direito de resposta. Ele se dirigiu a mim, sem nenhum motivo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Não tem direito de resposta. Ninguém citou o nome de ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Não houve desrespeito nenhum. Não houve citação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não houve? Foi dito: "*O Deputado que acabou de falar participou de milícia*".

Sra. Presidente, eu não aceito isso. V.Exa. não estava atenta, mas eu estava.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu nunca fui ao Colégio Dom Pedro II, e ele disse que eu participava de uma milícia lá! Ele me acusou de criminoso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Ninguém falou do senhor. A carapuça serviu?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Não é debate político.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu fui ofendido e acusado!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, por favor, se V.Exa. puder subir aqui, nós conversamos.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto. (*Pausa.*)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu tenho direito à resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro Uczai, se V.Exa. puder usar a tribuna, eu agradeço. (*Pausa.*)

Deputado Nilto Tatto, V.Exa. pode ir à tribuna.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, dê-me 1 minuto! É democrático. Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Após todas as inscrições para falar por 1 minuto, V.Exa. vai ter o direito.

Agora a palavra está com o Deputado Nilto Tatto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, Sra. Presidente! Eu fui ofendido e acusado!

(*O microfone é desligado.*)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, aqueles que estão nos acompanhando na Casa, hoje já está publicada, inclusive nos jornais, a carta que o Papa encaminhou ao Presidente Lula. A carta é um reconhecimento dessa liderança expressiva no âmbito internacional, que hoje, inclusive, faz falta no mundo inteiro.

Alguém aqui veio falar que de repente até Jesus Cristo perdoou não sei lá quem, mas eu venho aqui perguntar: será que algum dia algum líder religioso importante, sério vai mandar alguma carta, por exemplo, para Bolsonaro e sua família, para o Flávio Bolsonaro? Ali há o reconhecimento da injustiça de todo o processo da prisão política do Presidente Lula e do papel que ele exerceu no Brasil e no mundo todo.

Parabéns, Presidente Lula!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, só um minutinho, deixe-me responder. Nós vamos analisar agora as notas taquigráficas, e, se V.Exa. realmente foi citado, se houve alguma ofensa, eu lhe darei o direito de resposta.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, só um minutinho.

Faça a questão de ordem, então.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - O art. 74, inciso VII diz:

Art. 74. O Deputado só poderá falar, nos expressos termos deste Regimento:

VII - a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal.

Eu não fui citado nominalmente, mas após a minha fala o Deputado Alexandre Frota disse: "O Deputado que acabou de falar participou de uma milícia que se reunia na Escola" — a mais antiga escola da nossa República — "D. Pedro II, no Rio de Janeiro".

Primeiro, eu não sou do Rio. Segundo, eu nem conheço a escola. Eu teria muito prazer. Eu ainda vou visitar a escola que o Bolsonaro está tentando fechar e destruir com cortes, inclusive de recursos, numa tentativa de reprimir a liberdade acadêmica daquela escola tradicional, que, aliás, é premiada com as melhores qualidades do ensino.

Então, é uma violência tão grande e inadmissível que tenho o direito...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - V.Exa. já respondeu, Deputado. Estamos analisando, e, depois, eu dou o retorno.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, estou fazendo uma questão de ordem!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - E atrapalhando a sessão!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O Deputado Pedro Uczai tem 1 minuto. *(Pausa.)*

Eu vou fechar o painel agora.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Isso não é questão de ordem, Presidente! Isso não é questão de ordem!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Respeite o Regimento!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Respeito a esta Presidência! Aqui não! E me respeitem! E me respeitem! Não é porque sou mulher que vão falar o que querem! Deu!

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto. *(Palmas.)*

(Tumulto no plenário.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Se o Deputado Pedro Uczai não falar, eu passarei para o próximo, por 1 minuto.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui manifestar, como professor, como educador...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro Uczai, eu vou passar ao Deputado Giovani Cherini.

Deputado Pedro Uczai está finalizando o seu 1 minuto.

V.Exa. está com o microfone.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Eu estou tentando...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Um minuto está finalizando.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Então, está bom.

V.Exa., depois, então, encaminha a questão de ordem solicitada pelo Deputado Edmilson Rodrigues. Aí eu faço o uso de 1 minuto aqui.

Sra. Presidente, Srs. Deputados...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro, V.Exa. vai finalizar ou eu vou ter que chamar o próximo orador?

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, na condição de educador, professor, na Comissão de Educação, hoje, recebemos, de um lado, a perspectiva de vir o Ministro da Economia discutir Previdência; de outro lado, acontecia uma reunião com o Ministro da Educação, com reitores e outros Parlamentares, cujo conteúdo, entre outros, foi a afirmação de que a reforma da Previdência se dará pelo financiamento de 40 milhões, 10 milhões por semestre. Anteciparam de 4 para 2 anos recursos que vão comprar Deputados para aprovar a reforma da Previdência. Primeiro, a reforma da Previdência é criminosa contra o povo brasileiro.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Nós vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Deputado, com todo o respeito, V.Exa. me chamou de fraca. E isso eu levarei para a frente, para o Presidente desta Casa. V.Exa. está me desrespeitando há algumas sessões. Eu não aceitarei isso!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 15;

NÃO: 240;

ABSTENÇÕES: 2;

TOTAL: 257.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2010, do Congresso Nacional.

Será concedida a nominal.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Amigos, Deputadas e Deputados, não é com desrespeito...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu fui desrespeitado. Fui chamado de membro de milícia. Nem do Rio eu sou.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Acalme-se.

Deputado Edmilson, eu estou analisando as notas taquigráficas.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Já conversei com V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues.

Sempre tive respeito por todos.

Analisarei as notas taquigráficas, e, se V.Exa. sofreu alguma ofensa, eu darei o direito de resposta.

A calma sempre tive aqui.

Só peço um minutinho ao Plenário.

Nunca desrespeite ninguém.

Só um pouquinho, Deputado Edmilson Rodrigues. Eu preciso falar.

Sempre tive o maior respeito por todos os partidos, por todas as colegas Deputadas e Deputados. Eu só disse: "*Deputado Edmilson, estamos analisando as notas taquigráficas. Tendo o direito de resposta, V.Exa. o terá*". Pronto. Só isso.

Só é preciso que se acalmem. *(Palmas.)*

Não é com violência, não é com gritos que nós vamos resolver as coisas. Sempre cedi tempo para todos.

Só um pouquinho, Deputada Erika Kokay.

Em votação o parecer da Comissão Mista...

Deixe-me terminar de ler, e eu dou a palavra para questão de ordem as V.Exa., só 1 minutinho.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu tenho direito à questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Eu dou a palavra para questão de ordem, Deputado Edmilson Rodrigues.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos art. 8º da Resolução nº 1º.

Para falar a favor, Deputada Perpétua Almeida.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Vem me tirar daqui! Vem me tirar daqui que eu quero ver.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Alexandre...

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Peço espaço de Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Questão de ordem, Deputada Erika Kokay.

Deputado Alexandre...

Deputada Erika Kokay, questão de ordem.

Eu já chamo para falar favorável a Deputada Perpétua Almeida.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Roberto de Lucena votou de acordo com a orientação do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só 1 minutinho. A Deputada Erika Kokay está fazendo uma questão de ordem. Vamos ouvi-la?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, o art. 71 deste Regimento Interno diz que um dos motivos para se suspender uma sessão é tumulto incontestável. É o que nós vimos aqui. Mas eu me refiro a outro artigo e penso que tem que ser respeitado. É o art. 17, que diz respeito a podermos ter um tratamento dentro da urbanidade para com quem preside a própria sessão.

Penso que V.Exa. recebeu ataques que são nítidos na sua misoginia, ataques de ser caracterizada a sua postura como fraca, incompetente, que não conhece o Regimento. Duvido que isso seria dito se aí não estivesse uma mulher. (*Palmas.*)

Portanto, há uma misoginia nesse nível de ataque e preciso que esta Casa possa fazer valer o seu Regimento e diga que as mulheres neste País não são subalternas aos homens. E as mulheres que aqui estão têm que ter os mesmos direitos.

O art. 17 embasa a minha questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputada Erika Kokay. Eu fico sensibilizada e agradeço muito. V.Exa. conhece a minha postura todos os dias aqui nesta Mesa.

Eu vou levar, sim, tudo o que foi citado neste plenário ao conhecimento do Presidente.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Joseildo Ramos votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Está o.k.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, e a minha questão de ordem?

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sra. Presidente, vamos dar continuidade à sessão?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Sim, sim. Eu vou dar o tempo de Liderança ao Deputado Giovani Cherini.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Nós temos uma pauta extensa, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu tinha 3 minutos com base no art. 95, § 2º. Eu nem uso quase esse requisito da questão de ordem.

O Deputado Alexandre disse que não era em relação a mim que ele falava, mas quando ele usou a palavra, e eu pedi que ele fizesse autocrítica, disse: "*O Deputado que acaba de falar organizava milícia no Colégio Dom Pedro II*".

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sra. Presidente, esse assunto está vencido!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu nunca visitei o Colégio Dom Pedro II e até visitarei agora, porque é uma escola de grande valor não só de arquitetura, de grande valor histórico para o Rio de Janeiro e para o País.

Então, como eu me senti ofendido, eu queria ter 1 minuto. Acabou gerando toda essa polêmica, e eu, em nenhum momento, ofendi a Presidente. Apenas exigi o direito de fazer a questão de ordem para justificar o meu direito de contrapor a informação do Deputado Alexandre, que me foi dada ali, pessoalmente, fora do microfone. e espero que faça, porque eu nunca organizei...

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sr. Presidente, nós temos uma pauta extensa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Por favor encerre, Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu combato as milícias, sou o responsável pela prisão de vários milicianos no Pará, porque fui da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem uma lista de 60 criminosos, civis e militares. Semana passada, subi à tribuna para parabenizar a Polícia Civil, que prendeu, no Estado do Ceará, um dos chefes das milícias do Pará. Então, eu me senti ofendido — não sei a quem da Esquerda ele se referia, já que eu não conheço ninguém da Esquerda ligado a milícias. Eu sei, no entanto, que milicianos assessoravam o gabinete do ex-Deputado Flávio Bolsonaro, mas não é essa a polêmica. Bem, acho que esclareci, na questão de ordem, exatamente meu ponto de vista. Sou educador há mais de 40 anos e não posso aceitar uma afirmação que atinja minha dignidade, minha honra.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Edmilson Rodrigues, a Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini, pela Liderança pelo PL.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós vamos votar o principal da Medida Provisória 867 e depois a Medida Provisória nº 868. Mas, sobre a MP 867, levantou-se aqui — o povo brasileiro precisa saber disso — uma cortina de fumaça que nós precisamos esclarecer, porque nós temos que dizer a verdade para o povo brasileiro. A Frente Parlamentar Agropecuária está aqui para isso — não é, Deputado Alceu Moreira? —, para dizer a verdade, não mentir, para o povo brasileiro.

A verdade é que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da anistia de sanções administrativas e criminais relativas ao desmatamento realizado antes de 2008. A decisão se deu no julgamento de quatro ações diretas de inconstitucionalidade e de uma ação declaratória de constitucionalidade. O posicionamento do STF foi um claro sinal de que a segurança jurídica é um valor essencial a ser perseguido nos trabalhos legislativos desta Casa relacionados ao suposto conflito entre preservação ambiental e desenvolvimento das atividades agropecuárias. Questiono se estamos diante de um conflito real ou apenas de uma cortina de fumaça para disfarçar uma guerra de interesses inconfessáveis. Meu questionamento se justifica na medida em que não há dúvidas sobre a importância do meio ambiente, tampouco do setor agrícola, já que, como reza o dito popular, o agricultor carrega este País nas costas. Ambos os setores são importantes e devem estar alinhados, nunca em rota de colisão ou em clima de conflito.

O Código Florestal Brasileiro é legislação reconhecidamente eficiente no cumprimento de seus objetivos de proteção à vegetação nativa. Com efeito, o produtor rural brasileiro tem estreitos limites de atuação em função dessa legislação, e o Brasil tem mais de 25% do seu território hoje coberto por florestas, por unidade de conservação. Considerando a média entre todos os biomas, o Brasil é o país que mais preserva no mundo e é um dos países que mais produz em quantidade.

O texto da medida provisória é coerente com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é focado na segurança jurídica e no melhor interesse da população brasileira. O que se propõe, de forma alinhada com o espírito original do Código Florestal, é que seja aplicada a anistia prevista em lei e já considerada constitucional pelo STF, sem que para isso se tenha a necessidade de comprovação de autorização na época dos fatos. Observem que estamos nos referindo a fatos ocorridos há muitos anos e que existem situações em que, apenas para ilustrar com um exemplo simplório, o produtor recebeu a propriedade por herança e não tem a menor condição de comprovar a autorização eventualmente concedida.

Também consta no texto do PLV a alteração dos percentuais de preservação obrigatória da vegetação nativa a título de reserva legal. Ora, como mencionado anteriormente, grande parte do território nacional já é protegido na forma de unidades de conservação. Do que nos resta para a atividade agrícola, ainda temos limitações que, pela legislação atual, chegam a níveis, no mínimo, questionáveis, para não dizer absurdos, de 80%. Ou seja, a obrigação de manutenção de áreas com cobertura vegetal nativa é um enorme percentual da já limitada área disponível para a agricultura. Discordar desses percentuais é justo, previsível, natural. Qual é a solução? A única solução democrática é votar neste plenário e não mentir para o povo brasileiro. Essa cortina de fumaça é ruim para a nossa agricultura.

É exatamente isto o que o Parlamento está fazendo hoje aqui, ao apreciar esta matéria: está reconhecendo a importância fundamental da preservação ambiental, ao manter os elevados percentuais nas áreas protegidas, mas também reconhece a importância do agronegócio para o desenvolvimento do País, ao buscar regras claras e equilibradas para o atendimento de legítimos interesses de grande parte da sociedade brasileira.

Ninguém com o mínimo de bom senso pode desejar o sacrifício do setor mais bem-sucedido da economia. Tal insanidade teria como consequências a redução da produção de riqueza pela Nação, o desemprego, o inchaço populacional, a inevitável degradação do panorama social das grandes metrópoles urbanas, em função da intensificação do êxodo rural. Tal insanidade seria cometida apenas para atender aos desejos desvariados, extremos e muito suspeitos de alguns poucos que se dizem preocupados com a questão ambiental, mas que apenas representam a voz do atraso e apresentam uma visão absolutamente míope em relação à realidade do povo brasileiro, povo esse que tem no campo a sua identidade, a sua fonte de alimento e dignidade.

Exemplo do viés equilibrado da legislação que estamos produzindo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Peço que V.Exa. encerre, Deputado, e já aviso que não vou mais conceder minuto a mais, ou não terminamos a Ordem do Dia hoje.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Sr. Presidente, esta votação vai regularizar o Cadastro Ambiental Rural — CAR e valorizar a agricultura brasileira, sem nunca desrespeitar o meio ambiente em um dos países mais protegidos pela natureza, que é o nosso Brasil.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Marcon, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Celso Sabino.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Presidente..., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Peço só um minutinho a V.Exa., Deputado, por causa do horário, porque, como tem obstrução, se não cumprirmos direitinho, nós não terminaremos a pauta de hoje.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pelo tempo. Eu já utilizo a tribuna desta Casa no horário da discussão.

Trata-se de mais uma ferramenta do repertório utilizado para obstruir a sessão e impedir a votação desta medida provisória, com o objetivo de retardar a pauta.

O PSDB tem se mantido firme aqui no Plenário, junto com vários outros partidos, e quer ver o Brasil avançar, a comida chegar à mesa das famílias, o emprego chegar aos milhões de brasileiros que estão desempregados e fazer com que a economia cresça. Para isso, devemos votar as reformas que são necessárias à nossa Nação. Vamos votar a reforma da Previdência, a reforma tributária, quem sabe a reforma política. Enfim, vamos fazer os enfrentamentos e atender aos apelos da nossa sociedade.

Nós vamos nos manter firmes, assim como aqueles que buscam a obstrução estão firmes desde ontem. Nós vamos ficar firmes durante toda a tarde e a noite de hoje, para vencer a pauta e, finalmente, desobstruir aqui as votações desta Casa.

Sr. Presidente, quero utilizar esses 2 minutos que nos restam para prestar aqui a nossa solidariedade, a solidariedade da bancada do PSDB. E aqui faço menção a todas as mulheres que compõem este Parlamento, à Deputada Geovania de Sá. A Deputada Geovania de Sá, membro da nossa bancada do PSDB, tem desenvolvido um brilhante papel, substituindo V.Exa. à altura na Presidência desta Casa, conduzindo com maestria, com respeito a todos os Parlamentares, sem nenhuma reclamação sequer.

Faço aqui uma homenagem à Deputada Geovania de Sá, a todas as mulheres que exercem papel de direção, que presidem as sessões nesta Casa. Não podemos permitir que a voz das mulheres, em qualquer lugar que seja nesta Casa, seja calada, enfrentada com uma voz masculina mais alta do que a dela.

A Deputada Geovania de Sá foi injustamente aqui tratada. Eu peço, inclusive, que esta Casa, através da Corregedoria, abra um procedimento para investigar o que ocorreu aqui mais cedo, busque na Taquigrafia o resultado desta sessão, busque na imprensa, nos vídeos e na gravação desta sessão a forma desrespeitosa com que uma Deputada mulher, que presidia a sessão hoje mais cedo, foi tratada nesta Casa.

Fica registrado aqui o nosso aplauso, a nossa homenagem, a nossa solidariedade à Deputada Geovania de Sá por todo o trabalho que vem fazendo até hoje, presidindo muitas vezes a sessão desta Casa, no impedimento de V.Exa., com muita maestria, com muita destreza e com muito respeito a todos os demais Parlamentares.

Este é o nosso posicionamento também em nome da bancada do PSDB, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado.

A SRA. LAURIETE (PL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Lauriete votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra a Deputada Angela Amin.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria, neste momento, de me manifestar não apenas como mulher, mas em especial como catarinense.

Nós temos um orgulho muito grande de ter na Mesa Diretora uma catarinense, a Deputada Geovania de Sá, que vem fazendo um trabalho espetacular, representando toda a comunidade catarinense.

Aquilo que aconteceu hoje faz com que nós possamos pensar as nossas atitudes e aquilo que nós defendemos.

Fala-se tanto aqui, nos últimos dias, sobre a educação e a qualidade do nosso Ministro, mas agora nós temos que analisar a nossa educação e a qualidade do nosso trabalho nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente. E a nossa solidariedade à catarinense Deputada Geovania de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco MDB/PP/PTB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã será um dia de grandes manifestações em defesa da educação de qualidade pública, das universidades e também da democracia, como é sempre a manifestação do povo na rua.

É por isso, Sr. Presidente, que, em nome da democracia, o Papa Francisco enviou uma carta ao Presidente Lula, encorajando-o e pedindo que ele não desanime e continue confiando em Deus.

Eu peço, portanto, ao dizer que nós estamos em obstrução, que esta carta seja transcrita nos Anais desta Casa.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUI FALCÃO.

Matéria referida:

– Carta do Papa Francisco ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O PSL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSL?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSL "sim".

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para mudar a orientação do Bloco MDB/PP/PTB para voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Voto "não".

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE) - O PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "sim", entendendo que a medida provisória vence na segunda-feira, e nós precisamos dar uma resposta ao nosso País. "Sim", portanto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD permanece em obstrução.

Desde ontem, nós temos alertado o Plenário desta Casa e o País no sentido de que seria importante que esta medida provisória, que originalmente só tinha dois artigos e apenas ampliava o prazo de regularização ambiental, o que era desejável, na medida em que nem todos os Estados conseguiram fazer os procedimentos adequados, fosse votada com seu texto original. Entretanto, as alterações que foram feitas — e não estamos aqui falando nenhuma mentira — são absolutamente incompatíveis com um setor pujante que exporta 100 bilhões de dólares, como no ano de 2018, e que precisa estar associado a uma economia pujante que respeite a natureza, que tenha preocupações ambientais, o que não é o caso do texto desta medida provisória.

Por isso, o PSD permanece em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. LUIZ NISHIMORI (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim". Os agricultores brasileiros merecem esta MP.

Obrigado.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para mudar a orientação do Bloco PP/MDB/PTB, porque houve uma interpretação errada da assessoria. É "sim" nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSC?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha "sim" e quer também se solidarizar com a nossa querida Deputada Geovania de Sá, que foi hoje terrivelmente ofendida.

É assim mesmo, Deputada Geovania. Com o Deputado Rodrigo Maia, eles são "tchutchuca", mas com V.Exa. eles querem ser "tigrão".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só para citar a questão da Deputada Geovania de Sá, porque estão me citando. Ninguém aqui quis ofender uma mulher, não. Ela está sentada aí como Presidente da Câmara dos Deputados. Ela é Deputada como um homem e como qualquer outra mulher.

Diferentemente daquele homem, que me deu uma cabeçada, que está cheio de esteroides e de anabolizantes e que deve estar doido para brigar, eu não estou aqui para brigar, eu estou aqui para respeitar todos os Deputados, sejam eles do PT, do Centrão, da Direita, da Esquerda, sejam eles de onde vierem.

Aqui nós temos que ter respeito pelos Parlamentares, não pelo partido, não pelo lado, não pela ideologia, não pelo que cada um defende. Aqui dentro deste plenário todos somos iguais!

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PRB.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço que anexe o tempo de Liderança.

Ontem, o posicionamento do PRB com relação a essa medida provisória havia sido pela manutenção do texto original. Hoje, nós tivemos uma reunião na Liderança em que os pontos em questão, principalmente art. 59 e art. 68, foram muito bem esclarecidos.

Então, o PRB encaminhará toda a votação de hoje apoiando o PLV da Medida Provisória 867. Por quê? Porque o nosso posicionamento nesta Casa não é um posicionamento de esquerda. O nosso posicionamento não é um posicionamento de direita, muito menos do tal chamado Centrão. O PRB tem independência para analisar todos os projetos que são trazidos para esta Casa, quer haja a consonância de outros partidos ou não. O nosso posicionamento vai ser sempre vislumbrando o desenvolvimento econômico do nosso Brasil, geração de emprego, responsabilidade social, independentemente do posicionamento de qualquer outro colega nesta Casa.

Por isso é que nós sempre vamos respeitar posicionamentos, sem questionar aqueles que concordam conosco ou não concordam conosco. Seria muito bom que esse trato fosse rotineiro nesta Casa, que o posicionamento do Parlamentar fosse respeitado ainda que em discordância com a maioria. Muitas vezes, não é isso que acontece.

Então, nós temos de avançar. Já se passaram 5 meses desta legislatura. Então, nós temos de avançar.

Muitas coisas têm que acontecer. Posicionamento de Esquerda tem de ser respeitado. Posicionamento de Direita tem de ser respeitado. Posicionamento do Centrão tem de ser respeitado e também o posicionamento do PRB, que, como eu disse, não faz parte de nenhuma dessas linhas que estão colocadas aí, principalmente pela imprensa. O nosso posicionamento de independência é e sempre será pelo desenvolvimento do País.

Por isso, o nosso voto, nesta questão, mantendo a coerência da nossa fala, é "sim", porque nós queremos aprovar a medida provisória no texto da PLV.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PDT.

O SR. ROBÉRIO MONTEIRO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT orienta obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Obstrução" o PDT.

Como vota o PSDB?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB analisou com muita responsabilidade esse projeto. Encaminhamos, sim, ao projeto, entendendo a importância dessa medida provisória para todos os produtores e para o meio ambiente.

Essa é uma medida provisória importante para dar segurança jurídica, tranquilidade aos produtores, na medida em que ela amplia o prazo para que o produtor possa providenciar o seu Plano de Recuperação Ambiental. Esse programa de recuperação ambiental, previsto no Código Florestal, é fundamental para recuperar o meio ambiente. É preciso ampliar o prazo. As adequações que foram feitas na MP são apenas para dar segurança jurídica, não acrescenta, não tira, não muda nada no Código Florestal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o DEM?

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é possível que tentemos hoje destruir o Código Florestal, que é um ponto de equilíbrio entre interesses altamente conflitantes.

Esse Código Florestal conseguiu unir ambientalistas e ruralistas. Ninguém é contra a ampliação do prazo. Aliás, é a quinta vez que esse prazo é ampliado.

Nós não somos favoráveis às alterações que trazem insegurança jurídica, às alterações que vão permitir o desmatamento de 6 milhões de hectares e às alterações que vão premiar apenas 4% dos produtores rurais.

O Podemos entra em obstrução.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero informar que na última votação o Deputado Luis Miranda votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado, estamos em orientação.

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução.

Neste momento, eu queria me dirigir a todos os estudantes, a todos os professores e a todos os pesquisadores, diante, novamente, de duas novas agressões: não só os cortes na educação, mas as nomeações de pró-reitores pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Isso é um absurdo, pois viola o art. 207. Mas a Advocacia-Geral da União resolveu que vai apelar ao Supremo Tribunal Federal para colocar a polícia nas universidades, para perseguir professores, porque, segundo ele, professor não pode ser militante, professor não pode pensar.

Então, estamos aqui para repudiar isso e para convocar todos a irem às ruas amanhã, para dar uma demonstração, para dizer "não" à política educacional de Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PROS?

O SR. ULDURICO JUNIOR (PROS - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS, Sr. Presidente, vai orientar "sim".

Quero fazer um registro. Na minha cidade, no extremo sul da Bahia, Teixeira de Freitas, iniciou-se uma greve dos servidores da educação, dos professores municipais, por causa da gestão municipal que insiste em usar verbas federais carimbadas em outros setores que não são da educação.

Então, deixo aqui o meu registro de apoio ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia — APLB e a todos da rede ensino. Também apoio os universitários que protestam contra o corte de 54%, anunciado pelo Ministro da Educação. Com os cortes, a Universidade Federal do Sul da Bahia foi a mais atingida do Brasil. Hoje, os professores municipais e a rede de ensino entram em greve em função do descaso com a educação que insiste em prevalecer naquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta pela obstrução, ao tempo em que, uma vez mais, faz uma conclamação ao bom senso e à razoabilidade. Não é correto querer aqui que rasguemos anos e anos de debates com a sociedade, de debates no Parlamento brasileiro, adulterando aquilo que foi resultado de uma ampla convergência de expressivos setores da sociedade brasileira, inclusive os setores diretamente ligados ao que é tratado pelo Código Florestal Brasileiro.

Então, é muito importante que não permitamos que se faça aqui, com essa medida provisória, a transposição, a transfiguração, a deformação de algo, rasgando anos e anos de debates democráticos realizados no Parlamento e na sociedade brasileira.

O PCdoB orienta pela obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO?

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós insistimos na tese de que a MP original atendia ao objetivo de prorrogar os prazos sem alterar o nosso Código Florestal.

A bancada libera as votações até que se chegue ao mérito da nossa emenda, em respeito à posição do Deputado Arnaldo Jardim, mas reitero a importância de votarmos a MP original.

Aproveito esta oportunidade para manifestar o nosso apoio à Deputada Geovania de Sá, que estava na Presidência desta sessão. *(Palmas.)*

É inadmissível falta de respeito entre os pares.

Ontem inclusive a Deputada, na Presidência, tomou uma decisão contrária à posição que eu defendia, não permitiu que aqui fosse feita verificação nominal. Isso faz parte do convívio parlamentar e não é por isso que vamos agir com desrespeito, elevar a voz ou ir até a cadeira da Presidência para tentar intimidar uma Parlamentar que é exemplo de mulher nesta Casa. Fica registrado então o nosso apoio à Deputada Geovania. S.Exa. tem o respeito da bancada do Cidadania. *(Palmas.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o Avante?

O SR. CHIQUEINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, Presidente, compreende que o PLV, da forma como está, é extremamente danoso ao meio ambiente, ataca diversos biomas.

O partido, portanto, segue em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a REDE?

A Deputada usará também o tempo de Líder.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, a Medida Provisória nº 867 prorroga pela quinta vez o prazo para início do processo de adequação dos imóveis rurais, o que deve ser feito mediante o Cadastro Ambiental Rural — CAR e o Programa de Regularização Ambiental — PRA, conforme dispõe a Lei nº 12.651, de 2012, que instituiu o novo Código Florestal. Essa lei, senhores, é fruto de um longo processo de discussão travada no Congresso Nacional, de que a sociedade também participou e que durou 11 anos.

Essa discussão teve a sua constitucionalidade validada pelo Supremo Tribunal Federal, que confirmou também a constitucionalidade do PRA, na forma disciplinada no novo Código Florestal.

No entanto, o processo de adequação ambiental vai além da simples coerção estatal. Nele, as partes equilibram penalidades e premiações para aqueles que espontaneamente assumem a necessidade de adequação dos termos legais.

Senhores, das 35 emendas apresentadas na Comissão Mista, apenas cinco versam sobre o prazo do Programa de Regularização Ambiental ou do Cadastro Ambiental Rural, objeto da Medida Provisória nº 867. Trata-se das Emendas nºs 8, 21, 26, 27 e 35. Todas as demais cuidam de temas completamente estranhos ao objeto desta medida provisória.

Esse quinto adiamento feito pelo Governo tem relevante consequência para a apropriação ambiental, pois continua retardando o início do processo de recuperação das áreas desmatadas ilegalmente.

Eu quero reiterar, para a nossa sociedade brasileira, para quem protege os direitos socioambientais, que é inaceitável a mensagem que se passa, se for aprovado o texto da Comissão Mista: a de que vale a pena o descumprimento de leis ambientais. Mesmo sendo o caso de uma lei discutida durante 11 anos no Congresso Nacional, com a constitucionalidade validada pelo Supremo, essas novas alterações, se forem feitas nessa lei, conforme a proposta dessas emendas, contrabandeada, vão gerar um novo ambiente de judicializações, rompendo o cenário de segurança jurídica que a nova lei trouxe ao País. Esse quinto adiamento é um prejuízo para a proteção do meio ambiente. A cada ano que passa, sem

que medidas de recuperação sejam implementadas, maior será a erosão do solo, o assoreamento dos rios, a degradação de nascentes, a perda da biodiversidade.

Assim, senhores, os esforços deveriam ser canalizados para incentivar os produtores a cumprir norma legal e não para alimentar esse processo de postergação e a cultura da impunidade. Quantos milhões serão anistiados? Esses milhões, de que o nosso País está precisando para implementar direitos sociais, poderiam ser investidos de forma positiva e não ser alvo de anistia em favor de pessoas que descumpriram leis ambientais.

Retarda-se ainda mais a implementação dessa lei, além do que já foi adiada até aqui, o que reitera para a sociedade a inaceitável mensagem de que vale a pena o descumprimento das leis ambientais, de uma lei, no caso, que já tinha sido discutida no Congresso Nacional.

A constitucionalidade é questionável. Essa matéria vai ser alvo de análise do Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo já adiantou que, quando há em medidas provisórias temas estranhos ao objeto da matéria, isso não deve ser aceito. E o texto do PLV contém "jabutis", trata de anistia. Outras propostas que vêm aí não estão relacionadas ao principal objeto da medida provisória.

Senhores, deve ser considerado o meio ambiente, o cumprimento da legislação, a segurança jurídica. Não se questiona que deva existir uma prorrogação de prazo, porque isso é tratado no texto original. A proposta que está sendo colocada aqui foge da discussão, foge da segurança jurídica e, principalmente, expõe a nossa biodiversidade, expõe a nossa floresta, expõe à insegurança toda a população brasileira.

Sendo assim, manifesto que a REDE, em favor dos povos indígenas da Amazônia, dos povos indígenas do Cerrado, que ficam expostos também à vulnerabilidade quando se permite a impunidade decorrente da implementação de leis, vai continuar em obstrução.

O que nós estamos querendo hoje aqui como Parlamento? Avançar em termos de legislação e segurança ou abrir mão de algo para possibilitar mais desmatamento, mais descumprimento de leis, mais injustiça e mais tolerância à impunidade?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, quero orientar a bancada, pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode fazer a orientação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição vai permanecer em obstrução, como mostra a orientação de todos os partidos oposicionistas. Nós entendemos que esta medida provisória não está atendendo aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Não há nenhuma urgência para se aprovar anistia relativa ao desmatamento de milhões de hectares.

Portanto, isso é algo que deveria ser debatido com a mesma tranquilidade, com a mesma calma com que se debateu nesta Casa o Código Florestal.

Veja, Presidente, que o nosso problema aqui não é com o texto original da medida provisória — quanto a ele, teríamos acordo —, mas sim com o texto do projeto de lei de conversão, que cria anistia inaceitável, relacionada a desmatamento.

A Oposição, portanto, permanece em obstrução, Presidente.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Tem a palavra o Deputado Otoni de Paula, pela Liderança do PSC.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) (Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é incrível como a Esquerda faz barulho, e todo barulho que a Esquerda faz é alicerçado em mentiras.

Manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal pela Advocacia-Geral da União defende a realização de operações policiais em universidades — atenção! —, caso seja constatada propaganda eleitoral irregular dentro do *campus*. Para a AGU, as universidades devem adotar "*postura imparcial (...) para evitar influência tendenciosa na disputa do processo eleitoral*". Qual é a mentira da Esquerda? A de que se está querendo que a polícia esteja dentro das universidades constantemente. Isso é um engodo, isso é uma falácia, isso é uma mentira.

Agora eu pergunto: por que a presença da polícia preocupa tanto a Esquerda? A polícia pode entrar na favela, a polícia pode entrar na igreja, a polícia pode entrar em qualquer lugar, mas não pode entrar no *campus*, na universidade. Por quê? E mais: por que a polícia não pode ser acionada em caso de fraude, em caso de um aluno estar sendo coagido a dar um voto, a adotar uma postura? Que negócio é esse? A universidade agora virou uma embaixada em nosso País? A universidade agora

é soberana? Ela é soberana para assuntos acadêmicos, mas não para assuntos eleitorais, que já comandam as universidades há muito tempo.

Além disso, quero dizer aos pais que já estamos recebendo denúncia de que alunos estão sendo coagidos pelos professores a ir para as ruas amanhã. Inclusive, professores estão dizendo que vão tirar nota dos alunos que não participarem, na rua, da farra mentirosa da Esquerda, que está mentindo sobre corte de 30%. Não houve corte de 30%, e sim de 3,4% relativo ao dinheiro que fica na mão do reitor. É aí que está o problema. Mexeu-se no dinheiro em que não se pode mexer, o dinheiro com que o reitor faz a política da Esquerda.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Coronel Tadeu votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, dia 30, é o dia nacional da grande mobilização das professoras e dos professores e dos estudantes deste País, numa luta em defesa da educação, em defesa de qualidade, criatividade, do livre pensar, de investimento em pesquisa e educação, contra o retrocesso.

Por coincidência, neste dia 30 também se comemora, em Santo Anastácio, os 30 anos da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Mando um abraço para o meu querido companheiro Dida, um dos melhores Vereadores daquela Casa.

Envio um abraço também para o companheiro Ricardinho, presidente do nosso partido, e em especial para o querido Orlando Cardoso, que ali fundou o nosso partido, no dia 30 de maio de 1989.

Parabéns, Partido dos Trabalhadores!

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Heitor Freire votou com o partido na última votação.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu chamo a atenção de todos para uma questão muito preocupante, a do veneno na água que consumimos.

Entidades independentes, a exemplo do Ministério Público de Santa Catarina e da ONG Repórter Brasil, fizeram um mapa e um relatório a respeito do tema, que nos causa muita preocupação. Para cada brasileiro, existe uma média de 5,2 litros de veneno por ano. Isso equivale a mais de dois pacotes de latas de cerveja. O mapa, que foi divulgado no mês passado, revelou que, em 2017, 92% das cidades estavam com a água contaminada. Entretanto, mais da metade dos 5.570 Municípios brasileiros não utilizaram testes sobre contaminação por agrotóxicos entre os anos de 2014 e 2017. Mesmo os Municípios que monitoram os agrotóxicos têm controle apenas de 27 deles, dentre os mais de 300 comercializados no Brasil.

Estou enviando ofício aos Ministros do Meio Ambiente e da Saúde para solicitar esclarecimentos sobre essas denúncias.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo, eu queria só reforçar a importância do evento que realizamos no Estado do Rio Grande do Sul, na segunda-feira, com a presença do Governador Eduardo Leite, do Vice-Governador e Secretário de Segurança, o Delegado Ranolfo. Nós conseguimos, através de emenda da nossa bancada gaúcha, com a participação do Deputado Afonso Hamm, 384 veículos para a segurança pública, 272 veículos para a Brigada Militar, 112 veículos para a Polícia Civil, 87 espingardas para a Brigada Militar, 2.253 coletes balísticos para a Polícia Civil e 321 carabinas.

Portanto, investir na segurança pública, investir na Brigada Militar e na Polícia Civil do Rio Grande do Sul foi e é uma determinação da nossa bancada. É fundamental oferecer garantia à vida das pessoas, oferecendo segurança pública.

O SR. LÉO MOTTA (PSL - MG) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Léo Motta.

O SR. LÉO MOTTA (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero ressaltar aqui mais uma vez algo que nos preocupa muito. Estamos realmente recebendo denúncias de ameaças referentes à mobilização de

amanhã. Como V.Exa. mesmo falou aos meios de imprensa, toda mobilização é válida e legítima. Em Minas Gerais, a mobilização foi um ato pacífico, ordeiro, com respeito às instituições.

Nós queremos chamar a atenção dos pais: Alô, pais! Alô, mães! Fiquem atentos para que nossas crianças não sejam usadas como bode expiatório amanhã nessa mobilização, em plena quinta-feira. Lugar de criança é na escola. E aqui nós iremos defender as crianças, para que não sejam utilizadas nessa mobilização, num dia de semana. Infelizmente, estão ameaçando as crianças nas escolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCON (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar aqui que amanhã à tarde vou estar no Rio Grande do Sul, na manifestação em defesa da educação pública, em defesa da universidade federal e das nossas escolas técnicas federais. As crianças, os alunos, os jovens estarão juntos com os pais, defendendo a escola pública federal, defendendo a educação pública. Lugar de criança é na escola, isso é correto. E é preciso que o Bolsonaro apoie a educação pública de qualidade.

Por isso amanhã faremos esse ato em defesa das crianças, para que estejam na escola. E que seja escola pública, escola de qualidade, escola para todos, e não para meia dúzia, como a turma do PSL quer.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também estarei amanhã, no fim da tarde, em João Pessoa, junto com centenas de agricultores rurais, assentados da reforma agrária e universitários para fazermos um grande ato em defesa da educação, em defesa da reforma agrária, em defesa de uma agricultura familiar saudável.

Não devemos ter medo do povo. O povo nas ruas quer dizer que não está satisfeito com este Governo que aí está, com este Governo que tira direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, vamos às ruas sem medo de ser feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Todos já votaram?

Precisamos andar com a votação.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Nós queremos chamar nossos colegas para virem votar e permanecer em plenário. É de fundamental importância estarmos aqui em plenário neste momento.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que, no domingo, acompanhando as manifestações que aconteceram em algumas cidades brasileiras, eu pude perceber que muitos manifestantes que foram às ruas pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal e atacavam esta Casa, a Casa do Povo Brasileiro, a Casa da Democracia.

E na repercussão aqui, ouvi que a manifestação de domingo foi ordeira, foi familiar, que não teve ônibus quebrado, que não teve baderna, que não teve balbúrdia. No entanto, querer fechar o Supremo Tribunal Federal me parece um ataque muito mais frontal às regras democráticas do qualquer outra ocorrência que possa acontecer numa manifestação.

Amanhã os estudantes vão às ruas, os trabalhadores da educação vão às ruas, livre e espontaneamente, para defender o direito conquistado pelo povo brasileiro a ter educação pública e gratuita. É subestimar a inteligência do povo brasileiro querer dizer que os estudantes estão sendo coagidos para ir às ruas.

Eu estive aqui em Brasília, no Eixão, no dia 15, e vi uma juventude organizada, decidida, determinada a lutar pelos seus direitos. O que me parece muito claro aqui é a preocupação em relação à ocupação das ruas feita em defesa da educação e contra os cortes. A população brasileira está vigilante, mobilizada e consciente do porquê está indo às ruas. Amanhã vai ser muito maior, Sr. Presidente.

Vamos às ruas!

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Convocamos os Parlamentares para estarem em plenário. Vamos votar!

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta semana agora houve o assassinato, na cidade de Maricá, do jornalista Robson Giorno.

O jornalista Robson Giorno era um defensor da democracia, dono do *Jornal O Maricá* e denunciava os desmandos na Prefeitura de Maricá, na gestão do PT. Ele era um árduo defensor de que as coisas na Prefeitura andassem às claras e que a corrupção fosse estancada na cidade de Maricá. Esse homem foi morto, brutalmente assassinado, na porta de sua casa, e ninguém abre a boca para falar nada.

Eu quero a chamar atenção do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, para que possa cuidar desse crime bárbaro contra a democracia. É interessante que foi morto um jornalista. Mas como é um jornalista da Direita, que denunciava os desmandos do PT, então ninguém fala nada, ninguém protesta.

Portanto, que o Governador Wilson Witzel cuide desse caso, porque estamos diante de um atentado à democracia, estamos diante de um atentado à liberdade e ao direito de expressão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 247;

NÃO: 12;

ABSTENÇÃO: 1.

APROVADO.

A matéria vai ao arquivo com parecer pelo não atendimento dos pressupostos.

(O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário.)

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Pastor Sargento Isidório votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado.

Lembro que a nominal será dada de ofício.

Destaque nº 4.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 161, IV, c/c § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro preferência para a votação da Medida Provisória nº 867, de 2018, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Deputado Daniel Coelho

Líder do Cidadania

Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse nosso destaque visa preservar a votação do texto original da medida provisória. O Presidente da sessão acabou de ler, inclusive, o que falava a medida provisória sobre prorrogar o prazo para o Programa de Regularização Ambiental. É disso o que trata a medida. O PLV é uma coisa completamente diferente, não há como negar que não estamos entrando aí em modificações do nosso Código Florestal. Há partes desse PLV que são inaceitáveis. Há um trecho do PLV, Sras. e Srs. Parlamentares, que está dizendo o seguinte: aquele que faz a produção rural não precisará se adequar ao PRA — e quanto à prorrogação não tem problema —, até que ele seja notificado. Então, se ele não for notificado, ele não precisa se regularizar nunca.

Isso não é prorrogação de prazo. Isso na prática — e sabendo da posição que tem o Governo — é dizer que nos próximos 4 anos ninguém irá se regularizar. É isto o que está sendo colocado: uma prorrogação de forma ilimitada. Digo isso porque sabemos a posição do Governo, sabemos que o Governo não vai notificar ninguém. É inaceitável que aprovemos esse PLV dessa maneira.

Fazemos, mais uma vez, um apelo ao bom senso. A medida provisória é razoável, Srs. Parlamentares, está-se prorrogando o prazo, dando condição àqueles que até agora não conseguiram regularizar as suas propriedades de fazê-lo. Agora, dizer que não precisa fazer mais até ser notificado, qual é a sustentação para uma medida como essa? Isso é uma péssima sinalização para o Brasil, é um sinal de que o País aponta para um completo desrespeito à proteção ambiental. Uma coisa é considerarmos a importância da produção rural, do agronegócio; outra é dizer que não precisa ter equilíbrio ambiental, sustentabilidade.

É extremamente preocupante esse PLV. Repito as palavras que disse ontem: é mais do que um jãbuti, é muita mudança para uma medida provisória tão simples, inclusive do ponto de vista democrático.

Eu sou um daqueles que acham que o Presidente não deveria legislar, de forma constante, por medidas provisórias. Mas esta Casa não tem moral para contestar o Presidente, quando usa das medidas provisórias para construir legislação, sem que o debate seja feito de forma democrática dentro das Comissões, no Plenário, convidando a sociedade. Não é dessa forma que nós devemos revisar o nosso Código Florestal.

Então, peço apoio ao nosso destaque, para a votação do texto original da medida provisória.

A SRA. POLICIAL KATIA SASTRE (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Katia Sastre votou com o partido na última votação.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, só para registrar que, na votação anterior, eu votei com o partido.

A SRA. NORMA AYUB (DEM - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Norma Ayub votou com o partido na votação anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza, para falar contra o destaque.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu chamo a atenção do Plenário para que eu possa, como Relator dessa medida provisória, fazer aqui algumas explicações, de modo que não haja dúvidas e para que sugestões não verdadeiras feitas na tribuna, na data de ontem e hoje, não sejam levadas em consideração por V.Exas. Eu chamo a atenção para o avulso, que é distribuído a todos os Parlamentares. Está aqui ao lado, na entrada do plenário.

Inicialmente, quero dizer que não há alteração feita pelo Relator em 30 dispositivos, que não há um único jabuti, como foi dito, porque jabuti seria matéria atípica ao texto. Todas as alterações das emendas acatadas pela relatoria dizem respeito ao Código Florestal.

E é praxe desta Casa que qualquer alteração legislativa por medida provisória fique no âmbito da lei, por completo. É nesse sentido que nós estamos votando as medidas provisórias todos os dias aqui neste plenário.

Com relação ao debate, o tempo não foi curto. Na Comissão Especial, fizemos duas audiências públicas: uma atendendo à Oposição, aos que são contra esse texto, e ouvindo individualmente cada um dos palestrantes; e outra, ouvindo o Governo e o setor produtivo.

No que diz respeito ao PLV propriamente dito, quero deixar bem claro aqui que, quando se prorroga o Programa de Regularização Ambiental — PRA, é para que não seja multado um produtor rural ao qual não foi dado o mecanismo para fazer o seu Programa de Regularização Ambiental. Quando se prorroga o CAR, principalmente para o Nordeste brasileiro, é porque não foram dadas pelo Estado as condições para que ele fizesse o seu Cadastro Ambiental Rural. E quando nós fazemos as alterações no art. 68, é para dar segurança jurídica ao produtor rural, porque o legislador lá no texto original, lá na Lei do Código Florestal, foi muito claro no art. 68, quando dispôs que, para efeito de recomposição, vale a legislação da época. Como há interpretações divergentes, nós colocamos qual lei valia à época.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco Parlamentar PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSL?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PL? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSB compreende que a proposição do Cidadania é bem-vinda, uma vez que nós não temos nenhum problema com o texto original da Medida Provisória nº 867, que tem como objetivo tão simplesmente prorrogar o prazo para o Programa de Regularização Ambiental.

O Partido Socialista Brasileiro encaminha o voto "sim" para garantir que seja votado, ao invés deste PLV que atropela um debate profundo que foi feito e que chegou a um resultado — não foi o resultado que todos queriam, mas foi o resultado que era possível, o nosso Código Florestal —, o que é para ser votado. O Partido Socialista Brasileiro encaminha o voto "sim" para que possamos votar o que é para ser votado, e não esta alteração, feita de maneira atabalhoada por medida provisória, do Código Florestal Brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado.

Como vota o DEM?

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Democratas encaminha o voto "não" à alteração da votação para o texto original da medida provisória, por termos feito parte da Comissão Especial e acompanhado o Relator na elaboração deste relatório, extremamente bem feito e preocupado com a produção rural brasileira.

O Democratas encaminha o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) - Sra. Presidente, peço a palavra pelo tempo de Liderança do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Está cedido o tempo, Sr. Deputado.

Enquanto V.Exa. sobe à tribuna....

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT orienta o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PDT vota "sim".

Como vota o PSD?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSD orienta o voto "não" para o encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Agostinho, pelo tempo de Liderança.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante da seguinte situação: a nossa Constituição, no art. 186, diz que toda propriedade tem que respeitar a função social, e isso inclui a proteção das suas florestas.

Nós tivemos um primeiro Código Florestal, o de 34, por conta do desmatamento causado pelas plantações de café. Quando se estava desmatando o Sudeste, o Vale do Paraíba, por conta do café, Getúlio Vargas vem e apresenta o primeiro Código Florestal. Ele dizia o seguinte: das florestas e demais formas de vegetação existentes dentro das propriedades, cada propriedade deveria manter um quarto — 25%. Esta era a regra de 34, que já incluía Cerrado, Campo, Pantanal e tudo mais.

Em 65, veio o novo Código, a Lei nº 4.771. O que dizia o Código Florestal de 65? Ele não falava em bioma, não era o conceito da época; falava em regiões. Ele falava assim: Amazônia brasileira, 50%; restante do Brasil — Leste Meridional, Sul, Centro-Oeste, onde está o Pantanal e o Cerrado —, para estas demais regiões, era 20%. Então, nós tínhamos Amazônia, 50%, restante do Brasil, 20%.

O Código Florestal já dizia: "(...) e as demais formas de vegetação (...)".

O que se está fazendo aqui por conta da emenda do Deputado Evaristo, que é quem fez este texto? Na emenda do Deputado Evaristo, fez-se o seguinte: pegaram os momentos em que a legislação passou a falar de bioma para dizer que só naquele momento o bioma passou a ser respeitado. Existem milhares de proprietários no Brasil que averbaram suas áreas de reserva legal no Cerrado antes de 1989. Muita gente averbou suas áreas no Pantanal antes de 2000, e estão querendo colocar essas datas. É aí que está o pulo do gato, gente! É aí que está a história da anistia! É aí que está a canalhice desse texto!

Nós não ligamos de ver o art. 68 com uma redação melhor. Por que o art. 68 foi feito no Código Florestal? Por que ele foi feito? Até 1996, na Amazônia, a preservação era 50%. Por conta da pressão em função do desmatamento da Amazônia, o Fernando Henrique aumentou de 50% para 80%. Quando ele aumentou de 50% para 80%, muita gente havia preservado só 50%. Aí vem o art. 68 e diz que quem respeitou os 50%, quando a lei dizia 50%, fica com os 50%. Não é isso que

se está fazendo agora. Não se trata de melhorar a redação, de dar anistia para quem desmatou a mais na Amazônia, que deu um total de 41 milhões de hectares.

Nós estamos falando agora de anistiar o desmatamento do Cerrado inteiro, do Pantanal, do Pampa, da Caatinga. Isso é um absurdo, gente! O agro sério, que quer exportar, não está a fim disso. Por isso, estamos aqui para fazer essa defesa. Quando se tira o prazo do § 2º do art. 59, o que se está dizendo ali? Que a qualquer momento podemos cadastrar mais terras no Brasil. Se alguém não tem documento para cadastrar sua propriedade, se alguém não tem condição de cadastrar sua propriedade hoje, alguma coisa está errada. Se não houver prazo mais para o CAR, nós vamos continuar inserindo terras da grilagem de terra para dentro do Cadastro Ambiental Rural. Nós sabemos o que os cartórios fazem na Amazônia.

Por isso, fazemos este alerta para todos aqui. Nós precisamos implementar o Código Florestal. Não há problema nenhum em fazermos um esforço e, por meio de um projeto de lei, garantir segurança jurídica. Agora, com este texto aqui, não haverá segurança jurídica! Nós vamos entrar na Justiça e vamos ganhar. Sabe por quê? Hoje impera no direito ambiental brasileiro e internacional a proibição de retrocesso. É desmoralizante para todo mundo que preservou a reserva legal ouvir: *"Olha, o seu vizinho que não respeitou vai continuar desse jeito"*.

O Brasil assumiu compromissos lá fora, de recuperação de áreas, de preservação de áreas, e não vai conseguir honrá-los com o texto do projeto de conversão. O texto é difícil de entender, sim. Essa foi a estratégia.

Por isso, eu faço a defesa do destaque do Cidadania, do Deputado Daniel Coelho, para que fiquemos com o texto original, prorrogemos por mais um tempo o PRA, para ver se resolvemos dessa forma.

Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Afonso Florence votou com o partido na votação anterior.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Peço a palavra pelo PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Vamos dar continuidade.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, do PSDB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Geovania de Sá, primeiro, quero reiterar o respeito, a admiração que temos por V.Exa. Que isso fique muito claro, para que não vejamos novamente cenas deploráveis como vimos aqui hoje, em que alguns, eu diria, com o propósito muito mais de aparecer, chegam a cometer absurdos, faltando com o devido respeito a V.Exa., amiga e grande Líder, Presidente Geovania de Sá.

O PSDB encaminha "não", porque entende que a aprovação do projeto na íntegra é fundamental não só para os produtores rurais, mas também para o meio ambiente, para dar segurança jurídica ao Código Florestal.

No mais, estão falando uma série de mentiras. Estão falando que, com o projeto, se pode fazer mais desmatamento. São mentiras, mentiras, mentiras absurdas!

Portanto, o PSDB encaminha "não" e vai defender a aprovação do projeto, por entender que seja positivo para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado Domingos Sávio.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Sra. Presidente, o Solidariedade...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Solidariedade?

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade, é solidário com V.Exa., pelo seu jeito isento, decente, equilibrado e democrático de presidir esta Casa, e a parabeniza.

Nós orientamos o voto "não" para a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado Eli Borges.

O SR. AROLDO MARTINS (PRB - PR) - Sra. Presidente, o PRB...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PRB?

O SR. AROLDO MARTINS (PRB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB, Presidenta, gostaria de parabenizá-la pela maneira de conduzir os trabalhos nesta Casa e orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PL? *(Pausa.)*

O PT quer orientar?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT quer orientar "sim", porque queremos votar o projeto inicial.

Por que nós queremos votar o projeto inicial? Porque o Código Florestal garantiu às pessoas que tiraram a reserva legal que fizessem o seu PRA — Programa de Regularização Ambiental. Aqueles que querem preservar o meio ambiente, que querem produzir com sustentabilidade, que não querem quebrar a sua comercialização com o exterior são pessoas inteligentes. Eles querem ter a produção e a preservação, a preservação e a produção.

E o que aconteceu agora? Nós teríamos 12 milhões de hectares de terra no País que seriam recuperados, para garantir a questão da água, para garantir o equilíbrio da produção. E, neste momento, 6 milhões serão anistiados, não precisarão fazer a recuperação. Nós não podemos permitir isso!

Nós queremos desenvolvimento com sustentabilidade. Portanto, queremos votar o projeto inicial.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PL deseja orientar? *(Pausa.)*

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP) - O Podemos quer orientar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Podemos, Deputado Pr. Marco Feliciano?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos encaminha "não", Sra. Presidente, e se solidariza com V.Exa. pelo ataque e pela violência que sofreu aqui. V.Exa. é sempre muito educada, muito eclética. O que ocorreu não corresponde ao sentimento que nós, como um todo, temos por V.Exa. Então, nós nos solidarizamos com V.Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado Pr. Marco Feliciano.

Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós chegamos ao ponto-chave deste debate, que é exatamente voltar ao texto que veio aqui. Com tolerância, nós vamos deixar um prazo para o Programa de Regularização Ambiental. Mas o que aconteceu foi o seguinte: colocaram 30 emendas, rompendo com aquilo que foi aprovado em 2012, que já tinha anistiado 94% das propriedades brasileiras e mais 41 milhões de hectares de terra. Isso é uma violência! É romper com o próprio Código! São mais 6 milhões de hectares e uma liberação geral em relação às áreas de proteção permanente e de reserva legal.

Em nome dos compromissos internacionais do nosso País, o Acordo de Paris, e da preservação das nossas florestas, voltemos, então, ao texto original...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, para finalizar.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL vota "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB orienta "sim". É um momento importante para que possamos prorrogar o prazo sem deformar o Código Florestal brasileiro.

Uma vez mais, Presidente, apelamos à Casa no sentido de que tenha bom senso e razoabilidade, para que possamos ampliar o prazo sem precisar subtrair, retirar e, dessa maneira, descaracterizar uma conquista importante contida no Código Florestal brasileiro.

O PCdoB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania, Deputado Daniel? *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Nelson Pellegrino, Presidente, votou com o partido nas duas votações anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k.

Tem a palavra o Deputado Daniel.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PLV está mexendo em questões essenciais para as futuras gerações brasileiras. Estamos falando aqui de áreas de reserva legal dos Pampas, do Cerrado, da Caatinga. Não dá para se fazer isso num PLV.

Nisso há uma questão de princípio democrático. Nós não podemos continuar insistindo em usar as medidas provisórias para legislar dessa maneira. Esta Casa — repito — está na pauta com um debate sobre a importância das medidas provisórias. Nós estamos hoje aqui perdendo a moral para fazer essa discussão com o próprio Poder Executivo e com o Presidente da República.

Esse debate vai chegar aqui nas próximas semanas. Eu já estou vendo as Lideranças que hoje apoiam essa maneira de legislar quererem limitar as medidas provisórias do Governo. Não vai haver moral para esse debate. Vamos votar o texto original. Essa é a maneira adequada.

Mandem para cá um projeto de lei, que vai para as Comissões, onde será feito esse debate e as modificações.

O Cidadania orienta...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O Cidadania orienta "sim".

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Carlos Zarattini votou com o partido na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

O SR. FABIO REIS (Bloco/MDB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Fabio Reis votou na votação anterior conforme a orientação do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado Fabio.

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante?

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV - PR) - Presidente, eu quero que some o tempo de Líder, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Pois não, Deputada Leandre. V.Exa. tem a palavra, pela Liderança do PV.

A SRA. LEANDRE (PV - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiro eu quero dizer que a bancada do Partido Verde tem atuado de maneira muito responsável em tudo aquilo que garante a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Quando a medida provisória veio ao plenário, nós entendemos a importância, a relevância e a urgência que ela tem para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Até aí somos favoráveis ao texto original da medida provisória.

Agora, com todo o respeito, eu quero me dirigir ao excelente Deputado Sergio Souza, que é o Relator, pessoa pela qual nós temos um enorme respeito. Sabemos do trabalho de S.Exa. Sabemos que S.Exa. fez um grande esforço nesse trabalho. Mas eu também quero falar para aqueles Deputados que dizem que aqui nós estamos falando mentiras.

A grande verdade é que o art. 59 do Código Florestal diz que as multas anteriores a 22 de julho de 2008 serão convertidas em recuperação, em serviços ambientais, que é o nosso grande interesse. Então, não se vai pagar a multa, mas vai precisar recuperar a área que se degradou.

Porém, traz-se um novo elemento e se cria um novo marco florestal dentro da medida provisória quando se altera a ordem das coisas e se traz a lei dos biomas, que diz que, a partir dela, não se precisa mais recuperar o que ficou para trás. Por

exemplo, na Lei da Mata Atlântica, tudo que foi desmatado antes de 2016, além de não se precisar pagar multa não é preciso recuperar.

Então, nós entendemos que isso, sim, é realmente uma anistia. Isso traz um desequilíbrio para o sistema, novas variáveis. Nós entendemos que temos que discutir isso. Estamos abertos a fazer essa discussão, mas não dentro da medida provisória. Por isso, o Partido Verde apoia o destaque do Cidadania.

E mais: infelizmente isso traz para a sociedade uma mensagem de que quem cumpre a lei é otário.

Nós precisamos sair deste cenário em que há um verdadeiro convite ao descumprimento da lei. Nós fazemos uma lei e, quando ela entra em vigor e nós começamos a ver algum resultado, acabamos fazendo um convite para as pessoas descumprirem a lei.

Por isso, o PV é contra o projeto de conversão e a favor da medida provisória como ela está. Nós entendemos que se trata de uma iniciativa do Governo, algo que foi acertado, um instrumento legítimo que tem relevância e urgência.

Portanto, o PV vota a favor da medida provisória e contra o projeto de conversão.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

O SR. TONINHO WANDSCHEER (PROS - PR) - Sra. Presidente, o PROS quer orientar.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS?

O SR. TONINHO WANDSCHEER (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero parabenizar o Deputado Federal Sergio Souza, paranaense, que fez um relatório muito importante para o Brasil.

O PROS orienta o voto "sim" ao PLV e "não", nesta votação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "não".

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PP orienta o voto "não" ao destaque de preferência.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - A Minoria, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Minoria e, em seguida, o PSC? *(Pausa.)*

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, na votação anterior, o Deputado Jorge Solla votou de acordo com a orientação do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado Jorge Solla.

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROCHA (PL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado José Rocha votou com o partido nas votações anteriores e nas sessões de ontem.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado João Marcelo Souza votou com o partido nas votações anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Peço que reponham o tempo da Deputada Erika Kokay, que vai orientar pela Minoria.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, foi dito aqui, literalmente, que se estava revendo o Código Florestal. Está se revendo o Código Florestal de uma forma extremamente danosa. Nós estamos aqui diante da possibilidade de que as áreas que foram devastadas não tenham nenhuma recuperação. Está se criando um novo marco temporal. Se não havia a caracterização de bioma, tudo o que foi devastado antes disso está automaticamente anistiado.

Para além disso, temos a possibilidade de alguém ter devastado a natureza, destruído a floresta, e, ao mesmo tempo, estar se beneficiando de créditos que hoje só podem ser concedidos a quem está dentro das regras ambientais.

Por isso, este projeto de conversão é absurdo!

Nós ficamos com o texto original. Nós votamos "sim".

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Geovania de Sá, o Deputado Célio Silveira votou com o partido na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado.

O SR. ROBERTO PESSOA (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Roberto Pessoa votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSC, Deputado Otoni de Paula?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSC orienta o voto "não". O momento em que se encontra o País é tão difícil, que hoje o Governo precisa ter equilíbrio nos gastos públicos. O tão propagado contingenciamento na área da educação não se dá apenas na área da educação: o contingenciamento também ocorreu nas Forças Armadas — o Governo teve que contingenciar 44% do orçamento das Forças Armadas. Alguém tem dúvida do alinhamento que o Presidente tem com as Forças Armadas? Mesmo tendo, teve que contingenciar. Isso se chama responsabilidade com o dinheiro público.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Oposição?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a Oposição orienta o voto "sim".

Portanto, nós votaremos a favor do destaque de preferência do Cidadania, para votarmos o texto original da medida provisória.

Como disse bem nosso Deputado Rodrigo Agostinho, do PSB, é uma medida correta votar o texto original da medida provisória, para evitar que aprovemos um projeto de lei de conversão que tantos retrocessos e tantos agravos trará ao meio ambiente brasileiro.

Por esta razão, a Oposição está unida, votando a favor do destaque de preferência do Cidadania. Queremos votar o texto original da medida provisória. Não somos contra a mudança feita pela medida provisória, pelo texto original. Entendemos a sua necessidade. Mas aprovar o texto do projeto de lei de conversão é um passo que a Oposição não pode dar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o NOVO?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o art. 168 trata das áreas que já foram consolidadas. Não estamos falando de conceder anistia — isso já foi consolidado. Não estamos falando de terras devastadas. O próprio Governo, lá atrás, financiou o avanço da fronteira agrícola. Como é que nós vamos trazer segurança jurídica para o Brasil, se não considerarmos o que foi combinado e o que foi consolidado lá atrás?

Por isso, em defesa do argumento da segurança jurídica e do cumprimento do que foi combinado, para que nosso País ganhe credibilidade e avance, o NOVO vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta a Maioria?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta o voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o Governo? (*Pausa.*)

O SR. ANÍBAL GOMES (DEM - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Aníbal Gomes votou, nas duas votações anteriores, de acordo com o Democratas.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado.

Como orienta o Governo?

O SR. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do Governo, Sra. Presidente, gostaria de reafirmar o carinho e o respeito pela postura carismática, profissional, elegante e, principalmente, dedicada de V.Exa. na condução dos trabalhos.

O Governo orienta o voto "não" à preferência.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Muito obrigada, nobre Deputada.

Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PL, "não".

Alguém mais deseja orientar? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) - Vamos votar, Sra. Presidente! Vamos votar!

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - A REDE quer orientar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Pode orientar pela REDE, Deputada Joenia.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a REDE gostaria de deixar bem clara sua posição. Nós somos a favor do destaque. Nós vamos votar "sim" porque entendemos que esta medida provisória foge um pouco ao objetivo principal. Mesmo que seja questionável, o texto original absorve o sentido da medida provisória.

O texto apresentado pelo PLV retira um pouco do sentido desta medida provisória, pois insere jabutis legalmente questionáveis.

Neste sentido, a REDE orienta o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) - Sra. Presidente, o Democratas convoca os Parlamentares da bancada ao plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. dispõe de 1 minuto. Em seguida, falará o Deputado Celso Maldaner.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queria dizer que, desde que a conheci, em 2015, tenho o maior carinho e admiração por V.Exa., mesmo aqui e ali votando de modo diferente. Havia poucos minutos, eu reivindicava um tempo e acredito que V.Exa. errou na interpretação do Regimento naquele momento. No entanto, em nenhum momento, como V.Exa. pôde me abraçar, partiu de mim qualquer ofensa, porque jamais ofenderia uma Deputada da qualidade de V.Exa.

Quero dizer que o debate era com o Deputado Alexandre Frota, a quem eu solicito que use a palavra para explicar o que falou há pouco. Era a ele que eu queria responder quando disse que no Rio algum Deputado participaria, dentro de uma escola pública, de uma organização de milícia.

Eu sou do Pará, não conheço a escola citada por ele. Mas ele teria que esclarecer esta questão.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, demais colegas Parlamentares, nós sabemos que o Congresso Nacional é urbano: da população brasileira, 90% dos eleitores são urbanos. Portanto, o Congresso representa esta realidade.

No entanto, não se esqueçam de que é o nosso produtor rural, nosso agricultor que coloca 70% da alimentação na mesa do povo brasileiro. Vamos valorizá-los, vamos dar mais segurança jurídica aos nossos produtores rurais! Ninguém preserva tanto no Brasil como nossos produtores rurais.

Por isso, temos que votar favoravelmente ao relatório do Deputado Sergio Souza, do Paraná. S.Exa. fez um relatório digno que valoriza...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Venham ao plenário votar "não"! Orientamos o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado Alceu Moreira.

Deputado Celso Maldaner, peço que conclua.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Concluindo, Sra. Presidente, lembro que é muito importante darmos segurança jurídica a todos os produtores. Aposto que todos os Estados têm o sistema integrado com o Governo Federal, para poderem fazer a recuperação do que foi suprimido.

Aproveito o momento para parabenizar Santa Catarina, pois hoje completamos 25 anos livres de febre aftosa.

É um orgulho representar Santa Catarina, que contribui muito para o agronegócio brasileiro, principalmente para a suinocultura e a avicultura.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.

O SR. MARCELO BRUM (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Marcelo Brum, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Democratas vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Democratas, "não".

Concedo a palavra ao Deputado Darci de Matos. Em seguida, falarão os Deputados Erika Kokay, Joaquim Passarinho, Nilto Tatto e Valmir Assunção.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, parabéns pela condução da sessão! Posiciono-me de forma solidária a V.Exa., por seu trabalho e pela sua história.

Quero dizer que hoje é um dia muito importante, porque temos na pauta, para serem votadas, as Medidas Provisórias nºs 867 e 871, fundamentais para que nosso País rume ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda.

O episódio que aconteceu já passou, foi ruim. Esperamos que não aconteça mais e nós possamos dar bons exemplos ao povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. Depois, falará o Deputado Joaquim Passarinho.

Em seguida, vou encerrar as votações.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, não é verdade que o Brasil não desmata. Nós temos milhões de hectares desmatados no País.

Não é verdade que esta proposição, o projeto inicial, provoque insegurança jurídica. Não é verdade! Está se propondo a prorrogação do CAR para que as pessoas possam entrar no plano de preservação ambiental. Não é verdade! O que se quer aqui é anistiar o crime. Em verdade, o que se está dizendo é que o crime compensa. É isso que se quer dizer. Aquele que devastou não vai ter que recuperar, vai ser anistiado, e aquele produtor honesto, aquele produtor que seguiu a lei vai ser lesado. Portanto, não faz sentido que nós tenhamos essa posição aqui.

Nós votamos com a medida provisória, com o texto original.

O SR. RICARDO TEOBALDO (PODE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ricardo Teobaldo acompanhou o partido na votação anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho e, em seguida, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Valmir Assunção e o Deputado Charles Fernandes. Estou seguindo a sequência.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria de divergir um pouco do meu partido nesta orientação, não pelo mérito da matéria. Acho até que há um problema no 60-A, que acredito ser inconstitucional. Porém, tenho defendido na Casa que as medidas provisórias que vêm para cá tenham um tema específico. Quanto a aproveitarmos a medida provisória e agregarmos a ela diversos outros valores, diversos outros temas, para poder resolver esses temas aproveitando a carona da medida provisória, tenho debatido na Casa há alguns anos e pedido que não aceitemos isso. Portanto, não querendo entrar na discussão do tema em si, sou contra agregar esses valores.

Por isso, eu gostaria de votar a favor do texto original, para que possamos manter esse critério. Se o Governo manda medida provisória, nós temos que votar a medida provisória estritamente dentro do tema da medida provisória, e não aproveitar essa medida provisória para debater outros temas, apesar de concordar com muitos desses temas que foram colocados aqui. Que possamos fazer um projeto oficial, original, e debater um tema tão importante como este.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Valmir Assunção, o Deputado Charles Fernandes, o Deputado Alceu Moreira e o Deputado Afonso Hamm.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, 5 milhões de proprietários fizeram o cadastro, e 147 mil não fizeram. Nós estamos aqui apoiando a prorrogação do prazo para que esses 147 mil se cadastrem. Portanto, têm mais 1 ano. O que estão fazendo aqui é que estão atendendo a uma minoria,

com essas emendas que foram colocadas na medida provisória. Quero deixar bem claro que a maior parte dos produtores rurais deste Brasil, aqueles que não são do atraso, aqueles que concordam que a agricultura brasileira é importante para o Brasil e para o mundo, que querem trabalhar de acordo com a lei, que querem respeitar o meio ambiente, são contrários a essas emendas. Quero deixar bem claro que essas emendas, o texto que foi aprovado lá na Comissão Especial, atende a uma minoria do atraso da agricultura brasileira. Então, eu faço um chamamento e peço que se prorrogue.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero ser solidário e grato à Presidente Geovania de Sá, pela consideração que sempre teve conosco na condução dos trabalhos desta Casa.

Segundo, quero registrar, Sra. Presidente, que amanhã, quinta-feira, a população vai às ruas para reivindicar uma educação pública gratuita e de qualidade e protestar contra os cortes no orçamento da educação, mais de 30%. Só na Universidade Federal do Sul da Bahia, que tem *campus* em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, são 54% de cortes. Nós não podemos aceitar nem concordar com isso.

Por isso, eu tenho dito que nós Deputados Federais temos que cumprir a nossa parte. Nós podemos aprovar nesta Casa o Orçamento impositivo para a educação, a fim de evitar que Bolsonaro corte recursos para a educação. Por isso, quem está a favor...

(Desligamento automático do microfone.)

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra o Deputado Charles Fernandes e, em seguida, o Deputado Alceu Moreira e o Deputado Afonso Hamm. Estou seguindo a sequência.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, desde o último dia 25 até 31 de maio, está sendo realizada a Semana de Mobilização Nacional da Saúde da Mulher. O Ministério da Saúde executa a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher desde 2004, que foi construída em parceria com movimentos de mulheres de diversos setores da sociedade. Essa política incorporou o ideário feminista de que a saúde da mulher não está ligada apenas às questões reprodutiva e sexual, mas também a aspectos socioculturais e de organização dos seus sistemas locais de saúde. Toda mulher tem direito ao planejamento familiar, por meio de acesso a informações. As gestantes também têm direito a acompanhante de sua indicação, durante o período de trabalho de parto, e ao incentivo ao aleitamento materno.

Eu gostaria que fosse dado como lido o nosso pronunciamento e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deferido o pedido de V.Exa., Deputado Charles Fernandes.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CHARLES FERNANDES.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

Em seguida, falará o Deputado Afonso Hamm, depois vamos fechar o painel. Em seguida, eu continuarei a conceder a palavra. Ouviremos o Deputado Arnaldo Jardim, o Deputado Frei Anastacio Ribeiro e o Deputado Vicentinho. Concederei a palavra também aos Deputados Alceu Moreira e Zé Carlos, na próxima votação nominal.

Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, observem a incoerência, o absurdo: nós estamos dizendo que haverá desmatamento em área consolidada. A área consolidada foi consolidada tal como estava quando foi aprovada a legislação. O que estão querendo é fazer com que o cidadão que fez o manejo na terra dele, coberto por uma lei de 1965, tenha que recompô-la de acordo com a lei de 2000. Ninguém terá condições de fazer isso. É um absurdo!

Por que o prazo do Cadastro Ambiental Rural — CAR tem que continuar em aberto? Porque as propriedades não continuarão do mesmo tamanho. Amanhã alguém vai vender uma propriedade de 1 mil hectares para quatro proprietários de 250 hectares e não poderá mais fazer o CAR, porque o tempo acabou. E ele não pode tirar financiamento! Olhem o absurdo que é isto!

Digam-me onde está, na legislação, qualquer autorização para desmatar. Digam-me qual é o pedaço de chão que não será recomposto. Só não será recomposto aquele em que o cidadão não tenha obrigação de fazê-lo, porque quando fez, a lei lhe dava cobertura para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria também chamar a atenção a que, atualmente, o agricultor no Brasil é o maior conservador, no sentido da preservação ambiental, preocupado com as questões ambientais, porque é da terra, é do solo, é daquele ambiente que ele produz. O nosso Código Florestal precisava exatamente, através desse PLV, muito bem preparado pelo Deputado Sergio Souza, trazer um componente de segurança política aos produtores. Reconhece as áreas consolidadas, dá equilíbrio à produção e condições para conservação ambiental. É no sentido de avançar, no sentido de preservar, que este texto vem sendo trabalhado. Portanto, ele é melhor que a medida provisória.

Por isso, nós pedimos a orientação neste sentido de apoio ao relatório do Deputado Sergio Souza.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ricardo Izar votou contra a orientação do seu partido na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Muito obrigada, Deputado Ricardo Izar.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado João H. Campos votou com o partido na votação passada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Vou encerrar a votação. Em seguida, na próxima votação nominal, eu continuarei a conceder 1 minuto para cada Deputado.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 118;

NÃO: 262;

TOTAL: 380.

O DESTAQUE FOI REJEITADO.

Em votação o requerimento para votação em globo dos destaques simples.

Para falar contrário ao requerimento, concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, e os que nos assistem pela *TV Câmara*, nós queremos que na votação seguinte cada emenda seja votada de forma individual. Por quê? Porque nós defendemos aqui a prorrogação do Programa de Regularização Ambiental da forma como veio do Executivo. Ao contrário do que uma minoria da bancada ruralista vem defendendo aqui, dizendo que somos contrários: nós somos favoráveis à prorrogação. Nós somos contrários àquilo que foi introduzido nessa medida provisória, porque ela é inconstitucional. Estão jogando na lata do lixo aquilo que é garantido na Constituição brasileira, que é a função social e a função ambiental da propriedade. Toda propriedade — está garantido na Constituição — tem que produzir, tem que assegurar a reserva legal, tem que assegurar as matas de beiras de rios, de córregos, de lagos, porque essas matas e essa vegetação cumprem funções e serviços ambientais que são fundamentais para a propriedade também, para o vizinho, para a comunidade, para o País, para a humanidade. Por isso é que está garantido na Constituição.

Aqueles que querem votar e aprovar os jabutis que foram colocados nessa medida provisória são contra a Constituição, são contra a agricultura. A agricultura tem a sua importância porque, para produzir, depende de um solo adequado, depende dos insetos, depende das abelhas para polinizar. Depende de um solo adequado e depende das chuvas, da produção de água. Para poder produzir, a agricultura depende do meio ambiente adequado.

Portanto, ao se prorrogar a medida provisória da forma como veio, para que aqueles que não conseguiram ainda se adequar ao Código Florestal tenham mais um prazo, se estará defendendo e dando a eles oportunidade para que trabalhem dentro da lei, para que se produza dentro da lei. O que estão propondo aqui, com essas emendas, é colocar a agricultura brasileira à margem da lei, é colocar a agricultura brasileira fora da possibilidade de produzir para o mercado internacional.

Portanto, nós vamos defender os agricultores.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Pedro Lupion. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Celso Sabino.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sra. Presidente, peço 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós entendemos que há muita divergência nessa matéria, principalmente em relação ao mérito. Há quem defenda a prevalência do tão estudado, debatido, questionado e trabalhado Código Florestal, e há quem os que defendam ainda a sua flexibilização, o que é a pauta de hoje. Pedimos aos Parlamentares que nós possamos vencer esta etapa de obstrução. Vamos discutir o mérito da questão! Entendemos que estão sendo utilizadas todas as ferramentas disponíveis da maleta de ferramentas daqueles que querem obstruir a votação e dificultar hoje a aprovação e o avanço da pauta. Entretanto, quero lembrar que, enquanto nós estamos aqui gastando os recursos dos contribuintes brasileiros, há famílias, Deputado Beto, no Mato Grosso do Sul e no Pará que não têm o que comer hoje à noite. Existem pais de família desempregados, mães de família, jovens em busca do primeiro emprego. Esta Casa precisa avançar naquilo que o Brasil espera de nós, em uma pauta que vise à geração de emprego, em uma pauta que vise à desburocratização do nosso sistema tributário, em uma pauta que viabilize a abertura de novas empresas, que deixe de dificultar tanto a vida dos jovens e novos empreendedores no Brasil.

Eu gostaria muito, muito mesmo — estou empenhando-me nisso desde ontem, Deputado Alexandre Frota —, que nós possamos vencer essas medidas provisórias, destravar a pauta e trazer para cá a discussão e a votação das tão aguardadas reformas que o Brasil almeja e espera, que são essenciais e urgentes neste momento: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política, enfim, tudo aquilo que precisamos fazer para chacoalhar a base da economia, para fazer com que novos investimentos venham para o Brasil, para que a geração de emprego seja uma realidade e possamos começar a superar essa crise.

O Brasil entrou em uma crise, bateu no fundo do poço. O poço se mostrou como um poço sem fundo, que pode piorar ainda mais. É chegado o momento de nós começarmos a nos dirigir para a superfície. Estamos começando a ver a luz no fim do túnel. Vamos buscar essa luz! Essa luz é o desenvolvimento da nossa economia, o desenvolvimento de toda a nossa Nação, com geração de emprego e de renda.

Era esta a nossa fala, Sra. Presidente. Mais uma vez dirijo aplausos a V.Exa., que preside brilhantemente esta sessão.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado Celso Sabino.

Enquanto nós estivermos nas votações nominais, e já vamos partir para a votação nominal, eu passarei a cada Deputado a palavra por 1 minuto.

Quero registrar, com muito prazer — e já passo para a orientação de bancadas —, a presença do ex-Deputado e sempre Deputado Marco Tebaldi, do PSDB de Santa Catarina, e do sempre Senador Dalirio Beber, também do PSDB de Santa Catarina. É um privilégio para esta Casa recebê-los!

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Dagoberto Nogueira votou de acordo com a orientação do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, o PT está em obstrução.

Queremos dizer que o Comitê Técnico do Observatório do Código Florestal avaliou a situação das reservas legais no Brasil. O grupo cruzou dados de vegetação nativa, fotografada por satélite, com a malha fundiária brasileira. Ao todo, foram analisados 3,5 milhões de imóveis e uma área de 364,1 milhões de hectares. Os especialistas encontraram irregularidade em 147.906 imóveis, com déficit de vegetação nativa. O déficit está concentrado no Centro-Oeste, seguido por Norte e Sudeste.

A emenda ao art. 68 desse projeto de conversão livra os agricultores de recuperar a vegetação de suas propriedades.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputado Frei Anastacio Ribeiro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) - Outras emendas permitem que 4 milhões de hectares corram o risco de serem desmatados.

Sra. Presidente, solicito que esse pronunciamento seja publicado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O pedido de V.Exa. está deferido, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PP? (*Pausa.*)

Como orienta o PSL?

O SR. ENÉIAS REIS (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PL 672, que visa incluir na Lei nº 7.716, de 1985, o crime de intolerância, discriminação, preconceito ou identidade de gênero e estabelece uma punição de 3 anos de prisão está no seu estado final na CCJ do Senado. Para nós cristãos, essa é uma tentativa clara de nos amordaçar. Nós queremos que os Senadores pensem bem antes de deliberar e aprovar esse PL, pois não será interessante para a nossa Nação. Entendemos que todos nós devemos respeitar as diferenças, todavia não dessa forma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O PSL orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

Ato da Presidência

Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, combinado com o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas para a construção de um equilíbrio entre os setores produtivos e ambientalistas quanto à Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 29 de maio de 2019.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Como orienta o PL?

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PL orienta "sim" por uma questão de justiça. Nós temos um ponto muito tranquilo nessa medida provisória, que é a prorrogação do prazo. Não há nenhum impedimento e nenhuma dificuldade para todos apoiarmos a prorrogação do prazo. A grande maioria dos Estados não criou mecanismos que pudessem facilitar ou permitir que os pequenos, os médios e os grandes proprietários aderissem ao Programa de Regularização Ambiental — PRA. Então, temos que por uma questão de justiça apoiar essa medida provisória.

Há outro ponto importante, Sra. Presidente, o § 3º do art. 68, que é muito claro. O que estabelecemos é simplesmente um marco temporal para validar o que o Supremo já definiu em outras tantas vezes. Nós temos que ser justos e falar a verdade para o Brasil. Do contrário, nós vamos utilizar este momento para uma grande discussão ideológica falsa, que coloca de um lado quem quer produzir e de outro quem quer preservar, como se estivéssemos em lados opostos. Vamos falar a verdade. A medida não traz anistia, a medida não traz nenhum favorecimento a quem quer desmatar: ela simplesmente estabelece um marco temporal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o PSD, Deputado Darci de Matos?

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a sociedade brasileira está atenta, aguardando celeridade na votação dos projetos do Parlamento brasileiro. Portanto, o PSD vota "sim" para a votação em globo dos destaques simples.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PSB?

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós estamos vendo aqui muitos Parlamentares que defendem a aprovação do PLV falando que defendem segurança jurídica. Segurança jurídica é exatamente o que se vai ter caso se acabe com a aprovação do PLV da maneira como está sendo aqui encaminhado.

Vou só citar a questão, por exemplo, da adesão. Agora é estabelecido que vai ser através de notificação dos órgãos ambientais estaduais; ao mesmo tempo, deixa-se em aberto uma adesão do PRA federal. Então, fica uma confusão no ar. E esta é apenas uma. O Código Florestal estabeleceu uma série de regras que garantiu uma anistia de 41 milhões de hectares, mas também estabelecia um caminho para a regularização e para que nós tenhamos uma tentativa, pelo menos, de conciliação da exploração dos nossos recursos naturais, da produção agrícola, mas também do meio ambiente. Isso é o que não está acontecendo nesta votação.

Por isso, o PSB diz que não vai haver segurança jurídica, vai se quebrar a segurança jurídica. Esse discurso não é um discurso verdadeiro.

Por isso, estamos "em obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PRB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta "sim", Sra. Presidente, reiterando a importância de aprovarmos a medida provisória para dar aos produtores rurais segurança jurídica, para dar aplicabilidade ao Código Florestal. Essa MP 867 é importante para os produtores rurais, de um modo geral, mas é importante para o meio ambiente. Vai possibilitar que sejam de fato implementados os planos de recuperação ambiental em cada propriedade, e dá segurança jurídica. É isso. Quem está falando a bobagem de que está autorizando desmatamento e que está perdendo multa está mentindo, descaradamente mentindo, porque não há nada disso na medida provisória.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PRB?

O SR. JORGE BRAZ (PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB, Sra. Presidente, orienta "sim", pela votação em bloco da admissibilidade dos destaques simples e pela celeridade do processo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o PDT?

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT encaminha "obstrução".

Peço para registrar a declaração de voto do Deputado Gustavo Fruet, acompanhando a Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Pois não, Deputado.

Como orienta o DEM?

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM encaminha "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o Solidariedade?

O SR. BOSCO SARAIVA (SOLIDARIEDADE - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PSOL?

O SR. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, Sra. Presidente, segue "em obstrução".

Na verdade, nós estamos vendo um verdadeiro estímulo ao desmatamento, uma anistia aos desmatadores, que pode significar 6 milhões de hectares que não serão recompostos. Nós estamos vendo, sim, um estímulo e, ao mesmo tempo, um ataque brutal às florestas, ao Cerrado, ao meio ambiente do nosso País.

E nós seguimos "em obstrução" porque nós vivemos uma grave crise na educação. Houve não só os cortes absurdos deste Governo, que quer estrangular as universidades, os Institutos Federais, a ciência e a tecnologia, mas agora há um ataque mais autoritário, um ataque à autonomia da universidade, com a tentativa de indicação dos pró-reitores. Este é um ataque à autonomia da universidade, à liberdade de cátedra e, ao mesmo tempo, à liberdade do movimento estudantil, com um pedido da AGU para colocar polícia dentro das universidades. Isso é uma vergonha, um gesto autoritário, um desrespeito ao movimento estudantil, que amanhã fará uma bela manifestação!

O dia 30 será maior! E nós estaremos lá!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA) - O PTB quer orientar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PTB?

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB orienta o voto "sim".

E eu gostaria de justificar que, nas duas últimas votações, o Deputado Eduardo Costa votou com o partido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto "sim".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Maria do Rosário votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB mantém a obstrução, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSC?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSC orienta "sim".

Eu quero aproveitar este momento, Sra. Presidente, para manifestar concordância com o Ministro Osmar Terra, que simplesmente não concordou com a metodologia da pesquisa feita pela fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, que chegou à conclusão — pasmem! — de que não existe uma epidemia do uso de drogas no Brasil. Isso é um absurdo, Sra. Presidente! Todos nós sabemos a epidemia de drogas que existe no Brasil. E a denúncia feita pelo Ministro Osmar Terra é séria. E essa é a tendência que técnicos da FIOCRUZ manifestam sobre a questão do uso de drogas. Precisamos de uma pesquisa séria no País, porque esse tema é sério e está destruindo famílias.

Parabéns ao Ministro Osmar Terra por sua postura!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Cidadania, Deputada Carmen Zanotto?

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o PPS, como tem divergência no PLV e respeita a proposta que veio do Governo, continua liberando a nossa pancada.

Sra. Presidente, quero aproveitar rapidamente este momento para expressar o orgulho que tenho de ser catarinense e de ver V.Exa. presidindo os nossos trabalhos. Conte sempre conosco! Esta Casa reconhece o seu esforço, a sua competência e o seu trabalho, que é feito com muita responsabilidade. Parabéns, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputada Carmen Zanotto.

Como vota o NOVO?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós orientamos o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada.

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE) - O PV quer orientar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Ouvimos a orientação do Patriota e, em seguida, a do PV.

O SR. FRED COSTA (PATRI - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a nossa orientação é "sim". Eu gostaria de fazer, rapidamente, uma consideração. Todos nós defendemos a coleta seletiva, temos consciência da escassez de água e fazemos apologia ao reaproveitamento de água pluvial, mas a votação que aconteceu recentemente no Plenário demonstra que temos preocupação, mas não consciência ambiental. Estamos lamentavelmente promovendo uma devastação — há anistia, sim, para a devastação — e, dessa forma, promovendo o retrocesso. Quero lembrar o Código Florestal que foi aprovado nesta Casa. Lamentavelmente, neste momento, nós estamos promovendo um retrocesso. "Não" à devastação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PV continua bastante incomodado com esta matéria, que é uma verdadeira tragédia para o nosso meio ambiente, uma tragédia para a história de construção, nesta Casa, do Código Florestal.

Quero até subscrever as palavras do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Rodrigo Agostinho, que falou muito sobre a matéria no Plenário.

Nós estamos em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a REDE está em obstrução.

Novamente, é sempre importante repisar que esta medida provisória tem o objetivo justamente de estender o prazo, mas o que foi aprovado na Comissão Mista é totalmente diferente do objetivo. Aumentam as emendas, com matérias estranhas ao próprio objeto da Medida Provisória nº 867. E essas emendas consideradas jabutis são contra o direito socioambiental. Dessa forma, nós não podemos ser responsáveis por conduzir um processo que é totalmente alheio à constitucionalidade, ao bom andamento das políticas ambientais do nosso País. E nós, enquanto Parlamentares, temos a responsabilidade de prezar pela constitucionalidade.

Por esse motivo, nós estamos em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota Minoria?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a Minoria vai orientar a obstrução porque o nosso propósito é impedir a autorização para que o desmatamento continue. Na medida em que há uma prorrogação e uma anistia, nós estamos derrubando o Código Florestal. O Código Florestal já foi um processo de flexibilização da legislação ambiental brasileira. Ao estipular um prazo, ao prorrogar o que está correto, por isso, nós votamos pela preferência do texto original. Ao embutirmos o que a nossa assessoria estima em uma anistia de 6 milhões de hectares, nós estaremos dando sinal verde para que, mais uma vez, não seja feita a regularização ambiental, na expectativa de nova prorrogação e de nova anistia. A sustentabilidade ambiental é fundamental para o desenvolvimento, em especial para a agropecuária brasileira.

Por isso, nós orientamos a obstrução.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PROS encaminha "sim".

Quero aproveitar para me solidarizar com V.Exa. e registrar o quanto a Presidente Geovania de Sá tem sido democrática na condução dos trabalhos desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Muito obrigada. Alguém mais deseja orientar?

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O AVANTE orienta "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - AVANTE orienta "sim".

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - Vamos votar "sim", pessoal!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Verificação.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Júlio Delgado votou com o partido nas votações anteriores, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. JESUS SÉRGIO (PDT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Jesus Sérgio, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - Sra. Presidente, verificação conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Verificação concedida, Deputado Daniel Freitas.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, nós temos uma Medida Provisória, a de nº 872, que, assim como a MP 871, vence no mesmo prazo. Portanto, qualquer uma delas pode ter prevalência de aprovação. E parece-me que há um consenso quanto à Medida Provisória nº 872. Trata-se de medida provisória que fala em prorrogação de uma gratificação para a AGU, que é um órgão que precisa ser absolutamente fortalecido no nosso País, até porque a AGU não pertence e não segue governos, defende o Estado. E já recuperou muito para o Estado brasileiro.

Nesta Medida Provisória nº 872, tive a oportunidade de fazer um destaque a emenda que é fundamental para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem que ser valorizado, porque salva vidas. E não há sentido que nós tenhamos a limitação presente hoje para o ingresso de novos profissionais. Os bombeiros do País, e, particularmente, do Distrito Federal são bombeiros que estão associados à proteção da vida. E ali os seres humanos são vistos enquanto seres humanos. Bombeiro não tem qualquer tipo de diferença de tratamento para quem quer que seja, e faz parte das nossas vidas.

Por isso, eu solicitaria que nós pudéssemos primeiro, antes de qualquer outra medida, ao findarmos a apreciação desta medida provisória, entrarmos imediatamente na apreciação da Medida Provisória nº 872.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concederei 1 minuto aos Deputados que o solicitaram. O primeiro deles é o Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa. em plenário, tem a palavra o Deputado Frei Anastacio Ribeiro. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa. em Plenário, tem a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, enquanto aqui se discute esta luta para que não se destrua o meio ambiente, em que se fala muito de agricultor, eu quero saudar aqueles que são responsáveis por 70% da alimentação do nosso povo, que são os pequenos, os agricultores familiares, os assentados, os acampados, que lutam e que agora perdem quase que totalmente o apoio do Governo: o PRONAF caindo, nada de cooperativa de alimentação, nada de moradia, a coisa ficando cada vez mais grave. E a terra vai ficando cada vez mais na mão de cada vez menos.

Nesse sentido, eu quero mandar uma mensagem para a comunidade dos acampados da Pauliceia, no interior de São Paulo, em Votorantim, na antiga CESP — Companhia Energética de São Paulo, na figura do companheiro Josué, e dizer que eu estou com vocês, pessoal, nessa luta em defesa da terra, para nela produzir e viver em paz.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Eu gostaria de informar às nobres Deputadas e Deputados que, chegando o quórum, nós vamos encerrar a votação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Deputados, vamos votar "sim"!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, combinado com o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a analisar os projetos que regulamentam a doação de alimentos com vistas a combater a perda e o desperdício.

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 29 de maio de 2019.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Chamamos todos ao plenário para votar.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputados, estou seguindo aqui a sequência de inscrição.

Tem a palavra o Deputado Frei Anastacio Ribeiro e, em seguida, o Deputado Zé Carlos. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sra. Presidenta, inscreva-me, por gentileza.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, comunico que amanhã, na Paraíba, em João Pessoa e em cidades como Campina Grande, Cajazeiras, Mamanguape, em tantas outras, entre os 223 Municípios, haverá mobilizações de estudantes, de professores, de trabalhadores rurais, de assentados da reforma agrária e também da população em geral. Nesses movimentos, vamos cobrar a questão da educação, protestar contra os cortes da educação, cobrar políticas públicas, quando se vê que o Governo fecha os conselhos de âmbito nacional. Portanto, amanhã será um grande dia, em que a população do Brasil — e, de maneira especial, a da nossa Paraíba — irá às ruas ordeiramente, mas denunciando tudo aquilo que vem de encontro aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Portanto, vamos à luta e à resistência!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Airton Félix Cirilo. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Zé Neto. *(Pausa.)*

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO) - O Deputado Jose Mario pede a palavra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só 1 minuto.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para levar minha solidariedade e meu apoio à luta de todos os trabalhadores e servidores da Prefeitura de Aracati, minha cidade, que estão no décimo dia de greve e de mobilização contra as reformas autoritárias, arrogantes e inconstitucionais praticadas pelo Prefeito da cidade, que, através de decreto, retira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, de forma absurda e irresponsável. Por isso, os trabalhadores estão mobilizados contra essas medidas que cortaram salários e direitos dos nossos trabalhadores.

E, para a surpresa de parte da população que acompanhava a discussão em frente ao Fórum Trabalhista, o Prefeito partiu para a agressão contra os servidores, inclusive dizendo que não receberia alguns dirigentes sindicais. Isso mostra o seu caráter autoritário, arrogante e prepotente.

Por isso, o povo de Aracati, minha cidade, sabe que pode contar conosco. Nós estamos juntos nessa luta para que nós possamos garantir e respeitar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Estes conquistaram com suor, com trabalho, com dignidade os seus direitos. Direitos esses que não podem ser desrespeitados nem retirados por decreto, sem ao menos respeitar o Poder Legislativo local.

Portanto, fica aqui a minha solidariedade a cada um.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Neto. Na sequência, falarão a Deputada Flordelis, o Deputado Luis Miranda e o Deputado Afonso Florence.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, é só para orientar. O Podemos vota "sim".

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, fazer um apelo ao Governo para que esqueça o Programa Minha Casa, Minha Vida e o deixe onde está.

Quero anunciar que, ainda este ano, aqueles que entrarem na Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida passarão a pagar aluguel e não mais terão a propriedade, ou seja, a Faixa 1 está sendo cada dia mais suprimida.

Lembro que o Minha Casa, Minha Vida é responsável por quase 70% de toda produção atual da construção civil em nosso País. Só no Estado de São Paulo, 56% de tudo que se constrói é do Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1.

Portanto, é um ganha-ganha manter o Minha Casa, Minha Vida, respeitar principalmente a Faixa 1 e manter recursos para esse importante programa, que é tão necessário para o povo brasileiro e para nossa economia.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Concedo a palavra à Deputada Flordelis. *(Pausa.)*

O SR. ALEX SANTANA (PDT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Alex Santana votou com o partido nas últimas votações.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputado.

A SRA. FLORDELIS (PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, lamentavelmente, a FIOCRUZ enganou-se com a pesquisa feita, esqueceu de ir às cracolândias do Rio de Janeiro.

Quantos crianças e adolescentes a mais terão que morrer por causa do uso de drogas, como o *crack*, a cocaína, a maconha e outras drogas ilícitas? Quantos mais terão que morrer para que a FIOCRUZ possa dizer que o uso de drogas já se tornou epidemia em nosso País? Esqueceu, vou repetir, de passar nas cracolândias e ver o crescimento do consumo de *crack* nas cracolândias do Rio de Janeiro. Foi um ato errado.

Parabéns ao Ministro Osmar Terra, que não aceitou essa pesquisa.

Vamos fazer uma pesquisa séria, porque os nossos jovens estão morrendo no nosso País por causa do uso de drogas

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Vitor Lippi votou com o PSDB na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.K., Deputado Vitor Lippi.

Quando atingirmos o quórum, vamos encerrar a votação.

Com a palavra o Sr. Deputado Luis Miranda. Em seguida, falará o Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO) - Sra. Presidente, eu já pedi a palavra aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Sim, Deputado Jose Mario. Eu só estou seguindo a sequência dos Deputados que a solicitaram, mas V.Exa. está inscrito.

Com a palavra o Sr. Deputado Luis Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é inacreditável ver o que estamos assistindo aqui, agora: obstruções constantes daqueles que brigam tanto pelo latifundiário.

Parece que eles estão indo contra a tudo aquilo que sempre defenderam: o direito à terra, o direito à exploração, o direito do agricultor, do pecuarista. Parece que eles só defendem os invasores. *"Se for para invadir terra, vamos votar 'sim'; vamos invadir terra!"* Aí, a Esquerda vota "sim"! Se for para ter sem-terra invadindo a terra do produtor, está tudo certo. Mas, para multar, para poder punir, para poder impedir o produtor que traz o alimento todos os dias para as mesas das pessoas, que são incapazes de ir para o campo produzir, eles sempre são contra. Esse tipo de postura é inadmissível.

Por isso, peço aos Deputados: não saiam da Casa! Vamos votar, porque, se V.Exas. saem, eles são uma minoria, mas uma minoria que prejudica esta Casa constantemente. Vamos votar! Vamos aprovar, porque a matéria é importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, já peço de antemão que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Hoje é um dia histórico para o movimento dos urbanitários, os trabalhadores de água e esgoto, para o movimento pela reforma sanitária, para o povo brasileiro.

Pela primeira vez na história do Parlamento, duas oportunidades, o mesmo conteúdo, duas medidas provisórias não entram sequer em regime de votação: a 844 não foi nem lida; a 868 foi pautada, mas não entrou na Ordem do Dia. É um consenso nacional, de Governadores, de trabalhadores de empresas públicas, de serviços municipais, de pesquisadores da área, de associações nacionais de empresas estaduais de engenharia sanitária, de serviços municipais: não à privatização da água!

O Presidente Rodrigo Maia disse que vai mandar um PL para substituir a MP 868 e a MP 844. Se tiver o mesmo conteúdo, será derrotada novamente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Aliel Machado votou com o partido na votação anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Na próxima votação nominal, continuarei dando 1 minuto aos nobres Deputados.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 245;

NÃO: 12;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 258.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.

Votação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples.

A votação será nominal, de ofício.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, quero, em 20 segundos apenas, manifestar meu profundo apreço e consideração por V.Exa. pela forma como conduz os trabalhos. Eu me sinto orgulhosa de vê-la nessa Mesa.

V.Exa. preside muito bem os trabalhos e tem todo o nosso apoio. Eu tenho certeza de que tem o apoio de todas as mulheres e também de todos os homens, porque V.Exa. tem sido imparcial, correta e segue o Regimento da Casa.

Então, eu queria cumprimentar V.Exa. Eu acho que isso não é desnecessário nas posições que ocupamos.

Um grande abraço, Presidenta!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Muito obrigada, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a Deputada Luizianne Lins votou com o partido na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O.k., Deputada.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

O SR. NELSON BARBUDO (PSL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - É PSB ou PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - É o PSD — Partido Social Democrático.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PSD vota "não".

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O PSB vai orientar?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Sra. Presidente. Desde ontem, nós vimos fazendo aqui esse debate sobre a Medida Provisória nº 867, de 2018. Nós tivemos o cuidado de ver aqui o que existe de posição firmada sobre esse assunto. Há diversas matérias que dão conta de que Ministério Público, ambientalistas e produtores rurais, por expoentes representantes dessa categoria, têm dito que ela é ruim para um dos pilares da economia brasileira, que é o agronegócio, que, como dissemos aqui, exportou 100 bilhões de dólares no ano de 2018; que precisa estar associada a uma atividade que respeite a natureza, que não degrade o meio ambiente.

Uma medida provisória que tinha apenas dois artigos agora é estendida de modo a anistiar desmatamentos ilegais de mais de 5 milhões de hectares.

Por essa razão, o PSB permanece em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/PTB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PP/MDB/PTB vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputado.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - O PT quer orientar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PT?

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, amanhã o Brasil vai parar novamente. Não admitimos o corte vergonhoso deste Governo que não gosta de pobre, que não gosta de negro, que não gosta de mulher, que não gosta de gente, que quer acabar com a educação neste País.

Portanto, amanhã, o Brasil vai parar. As universidades vão para as ruas, os estudantes, os professores, os pais, todos aqueles que querem ver seus filhos formados.

Este Governo quer manter a nossa população sem estudar. Este Governo não respeita os estudantes, não respeita a juventude.

Portanto, Sra. Presidente, amanhã estaremos nas ruas.

O PT vai ficar em obstrução, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. LUIZÃO GOULART (PRB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar a bancada, eu queria aproveitar esses segundos para poder comentar aqui a fala de alguém que me antecedeu. Quero dizer que o Deputado José Airton, além de caroneiro, mentiroso, vem aqui contar mentira sobre o Município de Aracati. É um aproveitador, sanguessuga, só vem para denegrir o Município. Nunca falou uma coisa positiva sobre o Município de Aracati.

Deveria estar defendendo hoje, porque não foi incluído na rota turística. Eu já apresentei três requerimentos. E ele não veio. Além de tudo, é um frouxo.

E eu vou esperá-lo aqui, para vir responder ao que eu estou dizendo, porque eu o citei. Vamos ver se ele é homem para vir dizer as mentiras que contou sobre o Município de Aracati, onde há gente honrada, gente honesta. Mais de 80% da população de Aracati está apoiando aquela administração.

Então, Seu Deputado mentiroso, caroneiro, sanguessuga, estou o aguardando aqui.

O PDT vai orientar "obstrução".

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria que V.Exa. mandasse retirar as palavras ofensivas que esse Deputado proferiu contra o Deputado José Airton Félix Cirilo. Não é possível agressões dessa forma, Sra. Presidente!

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Só o Deputado José Airton pode responder por ele! O senhor não pode! Nem do Ceará nem de Aracati o senhor é!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputados, estamos orientando. Depois eu vou analisar, Deputado Célio Moura. Já estamos analisando. Fique tranquilo.

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL quer orientar, Presidente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB mantém a obstrução, Sra. Presidente.

Aproveito este momento para trazer uma palavra de apoio absoluto àquilo que será amanhã, em todo o Brasil, uma vez mais, a expressão de uma das lutas mais importantes que podemos fazer, que é a luta pela educação.

Não adianta qualquer pessoa vir com palavras de sabotagem, com tentativas de intimidação. Não adianta o Governo soltar factoides e *fake news*, bem ao seu estilo, para tentar descaracterizar este movimento tão importante dos educadores, das famílias, dos estudantes do Brasil, que amanhã dirão, de uma vez por todas, que não se pode agredir impunemente a educação no Brasil.

Vamos, pelas vozes das ruas e das salas de aula do Brasil inteiro, mostrar o quanto é importante a educação e que não vamos aceitar nenhum retrocesso.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PL vota "não".

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quem não fez o cadastro, quem não se submeteu a um programa de recuperação ambiental tem, certamente, como motivo a incapacidade de provar que é dono da terra — talvez, porque seja criminoso, tenha cometido crime de grilagem de terra. Para isso não há explicação.

Agora, querer aprovar a destruição do Código Florestal, depois de tanto debate, criar flexibilizações, criar anistia sobre a anistia do anterior ao novo Código e posterior ao novo Código, é criminoso quanto ao equilíbrio ecológico, é impeditivo ao desenvolvimento nacional!

Não bastasse este crime que tenta se perpetrar aqui, o Governo decreta agora mudanças no CONAMA e retira a participação da sociedade civil, das comunidades tradicionais, do órgão que debate e orienta as políticas ambientais no País!

Não passarão estes que querem destruir...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF) - Sra. Presidente, o PL vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta o Cidadania? *(Pausa.)*

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a Deputada Christiane de Souza Yared votou com o partido na última votação.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Cidadania mantém a bancada liberada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - A Bancada do Cidadania, Deputada Carmen Zanotto, está liberada.

Como vota o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "não".

A SRA. POLICIAL KATIA SASTRE (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PL vota "não".

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE) - O PV, Sra. Presidente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "não".

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Flavio Nogueira votou, na última votação, com o partido.

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PV reconhece que é voto vencido nesta Casa e conclama a sociedade, os ambientalistas e as pessoas que ainda têm um pingue de amor pelo meio ambiente no Brasil para irem também amanhã ao protesto, a fim de protestar contra o desmonte do meio ambiente no Brasil. Vamos às ruas! Vamos perder aqui dentro, mas mostrar lá fora que nós não aceitamos as atrocidades que o Governo tem feito, numa agenda completamente antiambiental.

Seguimos em obstrução.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos libera a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição orienta "obstrução".

Vamos continuar lutando para impedir a aprovação desta proposta, que imprime uma série de retrocessos à proteção do meio ambiente.

Por isso, a Oposição está em obstrução.

(Durante o discurso do Sr. Alessandro Molon, a Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "obstrução".

Nós queremos fazer um chamamento. Amanhã é o dia dos cidadãos, das cidadãs, dos trabalhadores, das trabalhadoras, especialmente dos estudantes, mestres e professores, enfim de toda a população sair às ruas para fazer o seu protesto em defesa da educação, que é a razão de ser da vida, da qualidade de vida de todos nós.

Educação não é gasto, não é despesa, não é custo. Educação é investimento. Nós temos que investir no futuro dos nossos jovens. Mas, para que possamos ter futuro, o presente tem que acontecer, não é cortando 30% do custeio das universidades, do custeio dos nossos institutos federais, das escolas públicas federais. Não é essa a saída!

Por isso, nós temos quer ir às ruas fazer nosso protesto, fazer nosso grito de liberdade em nome da educação, para o bem do futuro do nosso País! Sem educação não há saída, não há solução!

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante vota "não".

Aproveito para chamar a atenção deste Parlamento e dizer: depois de tanta luta minha para montar uma comissão da paz para pacificar nossa Nação — indo V.Exa., o Presidente do Senado, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, ao próprio Presidente —, o Olavo "diabo", que não é Bilac, é Olavo "incendiário", volta de novo, esculhambando, difamando a imprensa, dizendo impropérios contra os profissionais da imprensa, de rádio, jornais e televisão. Esse homem é um incendiário! Quem tem um amigo como Olavo não precisa de um inimigo.

Imaginem: o Presidente recebe V.Exa., o Presidente do Senado e o Presidente do Supremo, mas o demônio vem, solto de novo, e começa a criar problemas com o quarto poder da nossa Nação, que são os profissionais de imprensa, que merecem respeito. Sem imprensa, não há democracia.

O SR. CORONEL ARMANDO (PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "não".

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Sem imprensa, Sr. Presidente, repito, não há democracia.

Então, nós temos dito aqui o tempo todo que estamos buscando a paz. E V.Exa. preside esta Casa com batuta boa de maestro. É equilibrado, convoca todo mundo, mostra a necessidade de votarmos, de forma pacífica e com responsabilidade, temas importantes para nossa Nação. E aí, quando o Presidente entende a necessidade de manter a paz, de conversar com todos os Poderes, chega o feiticeiro-mor, aquele que desrespeita o Supremo, que desrespeita as Forças Armadas com suas autoridades, que desrespeita esta Nação e os estudantes. E agora desrespeita de forma contundente toda a imprensa nacional, que foi difamada por esse demônio chamado Olavo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IGOR TIMO (PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Igor Timo votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Teremos 5 minutos.

Tem a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia, pela Liderança do DEM. *(Pausa.)*

Onde está o Deputado Arthur Maia? Desistiu de falar? *(Pausa.)*

Eu já chamei! *(Pausa.)*

Não, meu amigo, eu estou preocupado em ouvi-lo. Não estou mal-humorado não.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer... Presidente Rodrigo Maia, eu queria a sua atenção a esta minha fala.

Eu quero fazer um registro. Hoje, eu vi dois acertos por parte do Governo. O primeiro foi aceitar a decisão do Congresso Nacional em relação à Medida Provisória nº 870, reconhecer que é um direito do Parlamento fazer as modificações que acha justas. Outro acerto do Governo foi comemorar esta importante decisão que reduziu o número de Ministérios no Brasil de 29 para 22. Eu quero, aqui, parabenizar o Presidente Bolsonaro e a sua equipe por essa acertadíssima decisão.

Entretanto, Sr. Presidente, no momento em que faço este registro, não posso deixar de me referir ao que aconteceu hoje pela manhã, em uma situação completamente antagônica, inversa, a essa de diminuição de gastos com os Ministérios.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, foi aprovado projeto de lei de autoria da Defensoria Pública, criando quase 3 mil novos cargos públicos no Brasil. Repito: hoje, numa votação na CCJ, deu-se parecer favorável à criação de quase 3 mil novos cargos públicos, com ônus para o Governo, aqui na estrutura federal.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso não é razoável, no momento em que estamos votando nesta Casa a reforma da Previdência, justamente para impedir o aumento das despesas; no momento, Presidente Rodrigo Maia, em

que a imprensa anuncia — e anunciou hoje — que V.Exa. se reunirá com o Ministro Paulo Guedes com o propósito de identificar possibilidades de cortes de despesas; no momento em que o Brasil tem, na iniciativa privada, mais de 12 milhões de pessoas desempregadas. Isso não é razoável, não é justo. É uma bofetada na cara da sociedade brasileira que, neste momento, esta Casa, que já tem tido posições muitas vezes desproporcionais em relação a benefícios para o funcionalismo público, crie mais 3 mil cargos públicos para inchar a máquina pública, promover novas despesas e dar mais oportunidades apenas para aqueles que têm a capacidade de, através de um concurso, adquirir um emprego no serviço público. Isso não é razoável, Sr. Presidente.

Faço aqui, Presidente Rodrigo Maia, um apelo a V.Exa. e aos Líderes partidários, porque lá na CCJ houve uma inusitada união do PSL com o PT para provar essa medida. Lá na Comissão, ficaram contra essa medida apenas o Democratas e o Partido Novo. Mas eu faço aqui um apelo à razão de todos os Líderes, não importa se do Governo ou da Oposição, e faço um apelo a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, para que não seja incluída na pauta do plenário esse tipo de matéria.

Esse tipo de matéria não é da vontade do povo brasileiro. Esse tipo de matéria contradiz toda e qualquer ação que possamos fazer na direção de diminuir a despesa pública. Esse tipo de votação só trará prejuízo a esta Casa e ao Brasil.

Digo mais: foi apresentada uma nota técnica assinada pelos técnicos do Ministério da Economia, que é conduzido pelo Ministro Paulo Guedes, dando parecer contrário do Ministério da Economia à aprovação dessa matéria.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo, sobretudo a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, e aos Líderes, para que nós, neste momento, não venhamos a trazer essa matéria para o plenário da Casa.

Não ao...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Deputada Flávia Moraes votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL. *(Pausa.)*

O SR. ACÁCIO FAVACHO (PROS - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Acácio votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem de manhã, o Presidente da República, Jair Bolsonaro; o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia; o Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre; e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, fizeram uma reunião para dizer que existe um pacto, que um novo pacto está sendo criado. Eu certamente gostaria de ouvir o Presidente desta Casa falar sobre o que está sendo pactuado.

Daí surgiu a informação de que existe um pacto para votar a reforma da Previdência, o pacote anticrime, uma reforma tributária, a revisão do pacto federativo e questões administrativas. Eu quero entender melhor o que significa isso. Eu não acredito em pacto nenhum, porque o Governo pode ter uma posição, mas, na nossa opinião, o Presidente do Supremo Tribunal Federal não tem por que defender ajuste fiscal. O papel do Presidente do Supremo Tribunal Federal é garantir a constitucionalidade de tudo o que for votado. E ele vai ser questionado sobre todas as questões legais ou não por diversos partidos e por diversas ideologias.

Não há por que o Presidente do Supremo, Dias Toffoli, falar que ele está lá para defender reformas macroeconômicas, ou a reforma do Guedes para esfolar os pobres. A reforma tributária também não chega à lógica de levar a conta da crise para os ricos, fazendo justiça fiscal, com progressividade. E nós também não queremos um pacote anticrime a partir do qual os negros e os pobres serão os mais atingidos com o encarceramento em massa, com a licença para matar, com o aumento da espiral da violência.

Eu me dirijo agora ao Presidente da Câmara. Gostaria de saber por que motivo, Presidente Rodrigo Maia, V.Exa., que foi super hostilizado nas manifestações bolsonaristas de extrema-direita, no dia seguinte se reúne para discutir um pacto em cima de questões sobre as quais V.Exa. e o seu partido podem ter uma opinião, mas outros partidos terão outras opiniões. E falo sobre a reforma tributária, sobre a reforma previdenciária, sobre o pacto federativo e sobre o pacote anticrime. Nós temos posições divergentes, então não dá para dizer que os Presidentes do Legislativo estão falando em nome do Legislativo. O Legislativo é plural. Aqui estão todos os partidos e ideias.

Eu vejo isso como uma farsa, como uma intimidação do Poder Executivo sobre os outros Poderes. Isso não terá consequência nenhuma, mas serve para criar uma lógica de que agora existe paz para esfolar os trabalhadores com a reforma da Previdência, para o encarceramento em massa, para não se fazer uma reforma tributária para valer aqui no Congresso Nacional, taxando grandes heranças, grandes fortunas, lucros, dividendos e assim por diante.

Acho que caberia uma explicação do Presidente da Câmara sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado Ivan Valente, eu apenas recebi uma proposta. Eu não a assinei. Está na imprensa hoje que eu disse que só posso assinar se eu tiver o apoio dos partidos da Câmara dos Deputados. Então, não vamos criar uma polêmica onde não existe. É óbvio que eu não vou assinar nada em nome da Câmara, se eu não tiver o apoio da maioria da Casa. Isso seria um desrespeito meu a cada um dos Deputados e das Deputadas desta Casa. Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 9;

NÃO: 263;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÃO INADMITIDOS TODOS OS DESTAQUES.

Prorrogo a sessão por 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence, pela Liderança do PT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, Presidente Rodrigo Maia, hoje nós teríamos na pauta a MP 868, mas ela nem sequer entrou na Ordem do Dia.

Pela segunda vez, em curto espaço de tempo, o mérito dessa MP é rejeitado nesta Casa. Foi rejeitado na forma da MP 844, em 2018, e agora, na forma da MP 868, diga-se de passagem, editada pelo Presidente Michel Temer, ainda dentro da legislatura na qual a MP 844 fora rejeitada, portanto, sem entrar no mérito, já por si inconstitucional.

A MP 868 passou na Comissão Mista com um relatório ainda pior que a proposta original. E o consenso nacional — não é exagero dizer isso — contrário à MP 868 fez com que ela nem sequer entrasse na Ordem do Dia, subsequentemente à MP 867. A MP 868 seria a próxima a ser apreciada, no entanto, a próxima será a MP 871.

Por que se formou um consenso nacional contra a MP 868? Porque ela proíbe, suprime a prerrogativa dos titulares dos serviços de água e esgoto, os Municípios, de contratarem empresas estaduais por contrato de programa, para gestão associada, prerrogativa que está no art. 241 da Constituição Federal, Deputado Marcelo Nilo. Esse dispositivo da Constituição está regulamentado na Lei de Concessões.

O argumento dos defensores dessa MP, um setor minoritário no Brasil, é de que ela permitirá concorrência igual entre empresas privadas e empresas públicas. Esse é um discurso falacioso. Essa não seria a consequência da MP 868. As consequências seria o aumento da tarifa e falta de água, porque as empresas estaduais praticam subsídio cruzado. E, se elas tivessem a prerrogativa constitucional de serem contratadas pelos Municípios proibida apenas por lei ordinária, primeiro, isso seria judicializado, e aconteceria o que aconteceu com a disputa em torno da titularidade do saneamento em regiões metropolitanas, que ficou 13 anos no Supremo Tribunal Federal sendo discutida, a partir de uma ADI do Rio de Janeiro.

O Presidente Rodrigo Maia disse que vai convocar uma Comissão Geral e que será apresentado um PL sobre o assunto. Se o PL vier com o mesmo conteúdo da MP 868 e da MP 844, cada Deputado e Deputada que colocar sua digital a favor desse PL estará assumindo a responsabilidade política com os eleitores das áreas deficitárias — Semiárido, regiões de floresta, periferia de grandes cidades —, juntamente com as empresas privadas que ganharem a licitação. E elas vão ganhar a licitação nas áreas superavitárias, já que as empresas estaduais não poderão oferecer uma tarifa competitiva, porque têm que praticar o subsídio cruzado para garantir o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto nas regiões deficitárias. V.Exas. estarão assumindo a responsabilidade pelo desmonte do que existe de bom no Brasil hoje, que é esse arranjo.

E o setor privado? E os investimentos necessários, que são os argumentos dos defensores dessa MP e talvez do PL a ser apresentado?

Hoje, a legislação permite que o setor privado ingresse no sistema. Como? Através de chamamento público, que os Prefeitos e as Prefeitas podem fazer; através de PPPs; através de venda de ações, de abertura de capital; e através de

transferência de capital. Hoje existe a possibilidade de participação do setor privado. E o que está na MP — e espero, Presidente Rodrigo Maia, que não esteja no PL — é a proibição da gestão associada do contrato de programa.

E os recursos? Dizem que as empresas privadas vão investir como se não houvesse recursos subsidiados de crédito, como se não houvesse recursos do Orçamento Geral da União — OGU. Não haverá investimentos.

V.Exas. botarão as suas digitais para inviabilizar um arranjo que hoje tem uma pendência. Esse é o tema, Presidente Rodrigo Maia. E qual é a pendência? Não há recursos.

V.Exas. sabem quanto foi investido em saneamento no PAC? Foram orçados 250 bilhões de reais, e 200 bilhões de reais foram executados: 100 bilhões de reais do OGU e 100 bilhões de reais de recursos onerosos. Hoje nós precisamos de uma PEC para colocar recursos do OGU nas áreas deficitárias. Nós precisamos de um PLP para conseguir crédito subsidiado para Estados e Municípios. Nós precisamos de recursos do FGTS e do FAT, com o BNDES subsidiando investimentos, onde os gestores colocaram empresas privadas para operar. É preciso ter dinheiro! Então, é preciso flexibilizar a Emenda Constitucional nº 95 e aprovar o PLP.

Quero saudar os trabalhadores do setor de água e esgoto do Brasil, a Direção da FNU e do SINDAE da Bahia e as associações nacionais por mais essa grande vitória do povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minuto.

O SR. MARLON SANTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação da preferência, o Deputado Marlon Santos votou "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado Afonso Florence, eu espero — com bastante vontade pessoal, e não de Presidente —, que o texto que sair da Comissão possa refletir a realidade deste Plenário, quando formos votar o projeto de lei. Já avisei os Líderes — não sei se todos virão — que, amanhã, às 9 horas da manhã, vou fazer uma reunião na residência oficial, e todos os Líderes estão convidados. O Líder que não puder estar presente envie um representante para que nós possamos fazer uma discussão amanhã. Teremos outra discussão na terça-feira e faremos uma Comissão Geral na terça ou na quarta de manhã, a fim de que possamos avançar na votação desse tema.

Esse tema está maduro para ser votado. Não sei se há voto para aprová-lo, mas eu acho que nós precisamos avançar no tema do saneamento.

Tenho muita esperança de, primeiro, convencer o Governador Rui Costa e depois V.Exa. sobre isso!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que, se não aprovarmos uma PEC para usarmos recursos do OGU, nem um PLP para fazermos empréstimos para Municípios e Estados investirem nas zonas deficitárias, não há como cogitar que o setor privado, operando as áreas superavitárias, vá resolver esse problema, porque não vai!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É claro que não.

Por isso, o projeto do Senador Tasso Jereissati cria a hipótese dos distritos, porque nos distritos vai haver Municípios superavitários e Municípios deficitários, para que o subsídio cruzado seja efetivo para as cidades.

O que eu não acredito, Deputado, é que o modelo atual, que foi criado na época da ditadura, seja um modelo eficiente. O modelo atual de saneamento não é eficiente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Não, não, não. Ele foi é da Lei nº 11.445. Não é da ditadura, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Claro que é. As companhias estaduais de saneamento veem da ditadura, sim, senhor. A ditadura obrigou os Municípios a entregar as suas concessões...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Abriu um crédito! Abriu um crédito, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - ...e assim foram criadas as companhias estaduais de saneamento no Brasil. Esse modelo...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente, eu não vou postergar a discussão, porque eu não estou obstruindo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Nós dois estamos obstruindo juntos agora. (*Risos.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Eu estou entendendo que V.Exa. me convidou para um café da manhã, com a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está convidado.

Desculpem-nos os Deputados que não estão neste debate.

Tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, de 2011 a 2012, mais precisamente durante 15 meses, esta Casa debateu o Código Florestal, que foi relatado por um do Deputado ex-Presidente desta Casa, um dos mais dedicados Deputados, que todos conhecem como Aldo Rebelo. O Aldo rodou este Brasil, sentando-se com o MST, sentando-se com o agronegócio, sentando-se com todas as categorias, inclusive com indígenas, ribeirinhos, seringueiros, para discutir o Código Florestal Brasileiro. Foram 15 meses de debates nesta Casa. Ora ele se sentava com os ambientalistas, ora ele se sentava com o agronegócio, ora ele se reunia com os Líderes da Casa. Não ficou nenhuma instituição, nenhuma categoria, nenhuma entidade sem ter a oportunidade de debater o Código Florestal Brasileiro.

De repente, eu vejo aqui que, depois desses 15 meses de debate nesta Casa, em menos de 10 anos, porque nós temos apenas 8 anos de Código Florestal, já está a Casa querendo fazer mudança na lei. Nós não temos a capacidade de esperar nem 10 anos para saber se a lei está dando certo ou não. É um vexame desnecessário mudar o Código Florestal Brasileiro. Aliás, os que querem mudá-lo desconhecem o consumidor mundial, que está cada vez mais exigente. O consumidor mundial quer o produto na sua mesa, mas quer saber se o desenvolvimento está combinado com a proteção ambiental. E foi isto que o Código Florestal relatado pelo Deputado Aldo Rebelo trouxe a este País: segurança ambiental e desenvolvimento.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de que nós saímos daqui meia-noite, pegamos um voo para o Acre, e chegamos lá quase 3 horas da manhã. No dia seguinte, às 6 horas da manhã, o Deputado Aldo Rebelo estava dentro de uma caminhonete, andou mais 4 horas de estrada e depois entrou em um barco — foram quase 5 horas de barco —, para se reunir com seringueiros, ribeirinhos, produtores rurais, no interior do Acre e do Amazonas, para debater o Código Florestal. Como, em apenas algumas horas, esta Casa quer mudar uma legislação que foi acertada até aqui?

É preciso respeito com a produção nacional. É preciso respeito com o meio ambiente. Não é possível que um debate de 15 meses seja mudado em apenas 2 dias de discussão neste plenário ou em algumas horas de debate numa Comissão. O Brasil precisa acordar. Desenvolvimento sustentável caminha junto com a produção.

Eu sou de um Estado pequeno, mas que respeita o meio ambiente. O Deputado Aldo Rebelo, quando relatou o Código Florestal, ouviu o Brasil durante 15 meses.

Então, amigos e amigas, lembrem-se de que foram 15 meses de debates que não podemos colocar abaixo em algumas horas de discussão neste plenário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão de nº 9, de 2019, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória de nº 867, de 2018, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP/MDB/PTB orienta "sim".

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PT vota "obstrução".

Como vota o PSB?

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o primeiro momento em que esta medida provisória entrou em apreciação, o PSB vem se posicionando frontalmente contrário à intervenção. Nós não somos contrários à prorrogação do prazo de regularização ambiental. Isso é muito importante, é uma política prevista dentro do grande debate que viabilizou a aprovação do nosso Código Florestal. No entanto, alterações trazidas no PLV não condizem com o que queremos para o Brasil e não condizem nem com o que a maioria do agronegócio quer para esse setor especificamente, só uma minoria.

Então, vamos orientar contra o projeto, mas dentro da bancada temos a compreensão de que eventualmente pode haver divergência.

A nossa posição é "não", por causa dos retrocessos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSL?

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim".

O SR. LUIZ NISHIMORI (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PL vota "sim".

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD, "sim".

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota "sim", porque entende...

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB?

O SR. JORGE BRAZ (PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB, "sim".

O SR. GIL CUTRIM (PDT - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, O PDT está em obstrução.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota "sim" ao projeto e reitera a análise responsável que fizemos.

Primeiro, é absolutamente claro e é consenso absoluto que é necessária a prorrogação do prazo para que o Programa de Recuperação Ambiental seja apresentado nos Estados e implementado nas propriedades. Isso é um ganho para o meio ambiente. Segundo, é benéfico para o meio ambiente também conceder segurança jurídica para a aplicação do Código Florestal. Não se está mudando o Código Florestal. Alguns artigos estão recebendo a complementação de algumas informações para que não haja insegurança jurídica. Com isso ocorrerá a implementação de um projeto importante para o País e para o meio ambiente, que é o Código Florestal. Nós o defendemos na íntegra e participamos da sua aprovação ativamente.

A posição do PSDB é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL está em obstrução, porque há mudança do Código Florestal, sim. Há a ampliação do desmatamento. Há anistia para aqueles que já vêm desmatando há tanto tempo. Isso é mais um capítulo vergonhoso do desmonte da política ambiental, da ampliação da flexibilização, por exemplo, do licenciamento ambiental, que está em jogo nesta Casa, e dos diferentes ataques que envolvem a gestão florestal em apenas 5 meses.

Em defesa da nossa biodiversidade, em defesa dos territórios que dependem desses ecossistemas e fazem parte desses ecossistemas, o PSOL se manterá em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Cidadania?

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Liderança da Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV está em obstrução, Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição orienta também "obstrução". Nossa preocupação com a aprovação deste projeto já foi explicitada em vários momentos. Trata-se de um projeto muito ruim para a proteção ambiental. Se fosse o texto da medida provisória original, nós o aceitaríamos como uma concessão àqueles que ainda não tivessem aderido ao Programa de Regularização Ambiental. No entanto, o texto que saiu da Comissão Mista é muito ruim para o meio ambiente e vai significar na prática mais desmatamento e mais anistia. Por essa razão, em defesa daquilo que foi acordado aqui no Parlamento, na aprovação do Código Florestal, nós orientamos "obstrução". Mesmo sabendo que o Código Florestal não atendeu às nossas expectativas de proteção do meio ambiente, foi o acordo possível à época. E esse projeto de lei de conversão desrespeita até aquilo.

A Oposição orienta "obstrução".

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vanderlei Macris votou com o partido nas últimas votações, Sr. Presidente.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Como vota a Minoria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria está em obstrução, Sr. Presidente. É necessário que se diga que o Código Florestal pode ter sido muito discutido, mas foi uma lei elástica, uma lei concedente, uma lei protetiva à propriedade. Então, é preciso dizer que aquela matéria polêmica passou, fizeram-se efetivamente as concessões necessárias, e ela não precisaria ser modificada novamente.

A Minoria está em obstrução.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB muda para "obstrução".

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra a Deputada Celina Leão.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Deputados, venham ao plenário para votar. É importante a presença de todos os Parlamentares para votar em plenário.

Votem "sim".

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar pela Maioria.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Permita-me 1 minuto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Deputada está falando.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF) - Nós temos três pedidos de destaques das Emendas nºs 6, 8 e 10 da Medida Provisória nº 872, que ainda não está pautada. Precisamos discutir isso com mais tempo, durante os debates da medida provisória.

Quero registrar a presença e saudar todos os bombeiros que se fazem presentes aqui na nossa galeria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMN está em obstrução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre o tema de investimentos no saneamento.

Durante o regime militar, criou-se o Plano Nacional de Saneamento. É verdade, Presidente, que muitas empresas foram consolidadas nesse período ou em período anterior a esse. Mas o que caracteriza o marco regulatório atual não é o PLANASA, mas a Lei Federal 11.445, de 2007.

O nosso problema no setor é fonte de recursos. Mesmo que o setor privado atue em blocos, como está sugerido no texto do Senador Jereissati — o que é inconstitucional, porque está subtraindo prerrogativa do titular do serviço, o Município, e atribuindo-a à União, e isso vai ser judicializado —, se não houver recursos do BNDES, do FAT e do FGTS, o setor privado não investe. E se o setor privado conseguir investir, não vai investir nas áreas deficitárias. Por isso, precisamos de recursos do OGU.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar aqui para quem, de fato, luta pela educação, que amanhã, dia 30, esteja ao lado dos estudantes brasileiros nesse ato importante convocado pela UNE e por várias outras entidades ligadas aos estudantes. Defender as nossas universidades, defender os institutos federais, defender o ensino superior e também a educação básica e tantos outros programas e ações que estão sendo objetos de cortes e de contingenciamento é papel de todos nós. E amanhã é uma data importante e necessária para isso.

Ontem mesmo eu trazia aqui os números. Houve redução de 88% nos repasses do Governo Federal neste ano para as obras de construção de creches. O ataque não é somente ao ensino superior. O ataque é à educação como um todo. Amanhã é dia de reagir, amanhã é dia de mostrar força.

Parabéns aos alunos que estão se mobilizando! Vamos todos nós estar juntos, presentes nas ruas.

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ) - Peço a palavra pelo Governo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pois não, Deputada.

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim" ao PLV, Presidente.

(Pausa prolongada.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Venham ao plenário para votar. O voto é "sim".

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim".

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que sejam registradas nos Anais da Casa e divulgadas no programa *A Voz do Brasil* a bela carta escrita pelo Papa Francisco ao nosso querido Presidente Lula e a carta do Lula enviada ao Papa Francisco.

O Presidente Lula representa para o mundo hoje a luta por uma justiça verdadeira. É necessária a libertação urgente do Presidente Lula.

Por isso, em cada canto do Brasil, a nossa militância social e popular e a militância do Partido dos Trabalhadores estão organizando os comitês em defesa de Lula livre.

No último fim de semana, houve um grande mutirão no Brasil. Em Sergipe, por 2 dias participei do mutirão em defesa da libertação do Presidente Lula.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minutinho.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 243;

NÃO: 19;

ABSTENÇÃO: 2.

A medida provisória está aprovada, na forma do projeto de lei de conversão, ressalvados os destaques.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Celso Maldaner votou com o MDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, IV e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque de preferência para votação do(a) Destaque nº 7, apresentado pelo PSB, que pede a votação em separado do § 3º do art. 68 da Lei 12.651/2012, contido no art. 1º do PLV 9/2019, para que seja apreciado em 1º lugar, logo após a apreciação do PLV.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2019

Deputado Átila Lira

1º Vice-Líder do Bloco MDB/PP/PTB

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite apenas 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não, só um minutinho. Daqui a pouco.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se tiver autorização, "sim" para a base, que concorda com o texto, para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSL?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSL vota "sim", e eu votei com o partido na outra votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "obstrução". Aliás, nós estamos em obstrução justamente porque nós não concordamos com o conjunto de jabutis que foram inseridos nessa medida provisória. Isso depõe contra a regra que nós temos aqui nesta Casa de não votar e não colocar aquilo que não tem nada a ver com o objeto das medidas provisórias. Essa medida provisória trata exclusivamente de uma ferramenta do Código Florestal, que é a prorrogação do Programa de Regularização Ambiental. E aí para atender uma minoria, a minoria da bancada ruralista, introduziu-se lá um conjunto grande de emendas, que não têm nada a ver, e que são contra a agricultura brasileira, contra o meio ambiente.

Então nós vamos seguir aqui obstruindo, porque nós não queremos avançar nesta votação, que acaba com o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Pelo Governo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB apresentou essa emenda, que é justamente para retirar do texto do PLV a possibilidade de anistia, e o PP agora faz aqui o destaque para preferência, para votar em primeiro lugar essa nossa emenda. Nós somos contrários ao PLV, nós queríamos a votação da proposta do texto original, que foi encaminhado pelo Governo Federal. Então, nós não entendemos muito bem por que seria tão importante votar primeiro o nosso destaque, que é justamente um destaque importante, para poder retirar do texto algo que é profundamente danoso ao meio ambiente. Por isso, o PSB encaminha "obstrução".

O SR. LUIZ NISHIMORI (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL vota "sim", orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PL, "sim".

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. GIL CUTRIM (PDT - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BRAZ (PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PRB, "sim", Sr. Presidente.

O SR. GIL CUTRIM (PDT - MA) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - PSD, "sim", Sr. Presidente.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Solidariedade, "sim".

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo PSOL...

Sr. Presidente, essa votação é uma aberração. O que a medida provisória garantia inicialmente era que apenas adequássemos o prazo, a data, para que o Código Florestal fosse cumprido. Mesmo nós, com críticas ao Código Florestal, votaríamos favoravelmente à adequação do tempo. E aí, de repente, aparecem 35 emendas que infringem o próprio Código Florestal, quer dizer, uma medida provisória que originalmente era para garantir o Código, nós fazemos emendas na mesma medida que alteram inclusive os critérios de regularização da adequação ambiental.

Então não é só uma violação ambiental, é uma violação democrática, e estamos beneficiando, com isso, aquele que descumpra a lei, aquele que descumpriu a adequação ambiental exigida pelo Código, numa mesma MP que era para favorecer o código. Então, isso vai gerar uma instabilidade jurídica gigante, de forma desnecessária.

Isso é desrespeitoso com o Código e com os acordos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o Avante? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim", PROS.

O PSOL está em obstrução.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSDB vota "sim" e lamenta a posição do PT e dos puxadinhos, que obstruem as sessões e não querem contribuir para o desenvolvimento do País.

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, Deputada Jaqueline Cassol. Eu quero justificar a minha ausência. Eu estava com o Presidente da República.

Quero votar com o meu partido, o PP, nas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Governo?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo Governo, Presidente, "sim".

Quero aproveitar esta oportunidade, e vou até me voltar para a instituição sobre a qual eu quero fazer uma observação, se V.Exa. permitir, Sr. Presidente, que é o Corpo de Bombeiros aqui do Distrito Federal.

Quero me congratular com todos aqui presentes dessa instituição, que presta um serviço muito especial ao Distrito Federal, e, a exemplo deles, a todos os outros do Brasil e do meu Estado, Rondônia. Ao Corpo de Bombeiros, meus cumprimentos. E deixo aqui o grito de selva: Selva!

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Cidadania, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Oposição em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Oposição em obstrução.

A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação. (*Pausa.*)

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Cidadania orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na votação anterior o Deputado Bira votou com o partido.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, eu peço 1 minuto.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na votação anterior o Deputado Vilson da Fetaemg votou com o partido.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Sr. Presidente, o Cidadania acerta a orientação para "sim".

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na votação anterior o Deputado Felipe Carreras votou conforme orientação do partido.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - PCdoB está em obstrução.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Evair de Melo votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na última votação eu votei com o partido.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Estado do Amapá — SINSEPEAP deflagrou greve por 15 dias, a contar da segunda-feira, dia 27, e vai, claro, engrossar as manifestações de amanhã, dia 30, em defesa da educação e da Previdência públicas em todo o País.

As perdas acumuladas pelos professores do Amapá são de 32,2% nos últimos 5 anos, sem reajuste nenhum. Sem a recomposição, caiu o poder de compra. Os professores, hoje, estão saindo dos supermercados com os seus carrinhos meio vazios — não vão cheios, vão meio vazios —, e isso afeta, é claro, a nossa economia.

O Governador do Estado não tem um projeto de desenvolvimento, não consegue livrar o Estado do Amapá da economia do contracheque. Ainda entrou na Justiça para proibir a greve. O Tribunal de Justiça deu uma decisão sem declarar a greve ilegal, proibindo os professores de fazerem a sua manifestação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE já se manifestou, considerando essa decisão estapafúrdia, e os professores mantiveram a greve.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta "sim", Sr. Presidente. O painel, por gentileza, "sim" do PSDB.

O SR. DELEGADO PABLO (PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Delegado Pablo votou conforme as orientações do partido nas votações passadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que, neste momento, está acontecendo aqui na Casa a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da PETROBRAS. Amanhã nós teremos um momento muito importante no Supremo Tribunal Federal, que vai definir se vai passar por esta Casa ou não o processo de privatização da PETROBRAS. O Governo está fatiando a PETROBRAS. No final do ano passado, nós vimos o absurdo de se retirar 1 trilhão de reais, em 20 anos, da PETROBRAS. E agora esse fatiamento está muito claro e esta Casa tem que apelar e fazer pressão para que, amanhã, o Supremo defina claramente que qualquer venda ou qualquer avanço desse processo de privatização da PETROBRAS seja discutido nesta Casa e por toda a sociedade.

Aproveito para saudar a FUP — Federação Única dos Petroleiros pelo excelente trabalho de combate e defesa do patrimônio da PETROBRAS e brasileiro.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou vendo muita gritaria aqui sobre essa medida, mas isso não atinge o grande agronegócio, só o pequeno e o médio. Na verdade, o PT e outros partidos estão fazendo um mal para os próprios assentados que hoje estão irregulares. O grande agronegócio não fica irregular porque ele precisa estar legal para vender. A Europa não vai comprar de área embargada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria está em obstrução. Nós já fizemos todas as alusões acerca da piora do Código Florestal com essa matéria.

Gostaria de aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que as empresas de saneamento podem ter sido criadas, algumas delas, na ditadura, mas o atual marco do saneamento é de 2007. Eu mesma estava na Comissão e atuei fortemente para a garantia da modernização. Aprovamos os direitos a parcerias público-privadas, mas a proposta da Medida Provisória nº 868 era absolutamente inaceitável, porque, de fato, induzia a privatização direta e quebrava os contratos de programas, punindo os Municípios.

Por isso é necessário, se quisermos aprovar uma modernização do marco, fazermos um debate profundo sobre a forma de manter a soberania com essas empresas públicas, mas, ao mesmo tempo, abrímos a possibilidade de novas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em Belém, no último dia 19, houve uma chacina de 11 pessoas que estavam em um bar se divertindo, o Bar da Vanda. Entre as pessoas assassinadas, estavam seis mulheres. O sistema de segurança e a secretaria em particular abriram um processo investigatório. Aproveito para parabenizar a Polícia Civil do Estado, que colocou na cadeia dois civis, outro ainda está por ser preso, e sete policiais militares que estavam envolvidos no crime como milicianos.

Então, há de se reconhecer uma ação contra esses grupos de extermínio, pois ficou provado que as pessoas não tinham envolvimento em qualquer situação, nunca tinham passado pela polícia, e, portanto, não havia nenhuma justificativa para aqueles assassinatos. O Secretário Ualame Machado inclusive percebeu: no momento em que a Força Nacional se afastou, eles conheciam os horários, entraram para matar.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Boca Aberta votou com o partido na votação passada.

Obrigado, Sr. Presidente. Deus o abençoe. Um beijo no coração.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 241;

NÃO: 18;

ABSTENÇÃO: 2;

FOI APROVADA A PREFERÊNCIA. *(Pausa.)*

Destaque nº 7.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, IX c/c 161, inciso I e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 3º do art. 68 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, contido no art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 9/2019 apresentado à Medida Provisória nº 867/2018, com vistas à sua supressão.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Rodrigo Agostinho.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, serei muito breve. Esse é o artigo que diz respeito à questão da anistia do desmatamento. Então, peço a atenção de todos.

O pessoal está falando que não é anistia. No texto não está escrito que é anistia mesmo, tá? E eu digo isso porque eu fui contrário ao texto do Código Florestal e estou aqui hoje defendendo o nosso Código Florestal. O art. 68 foi feito para resolver o problema da Amazônia.

A reserva legal da Amazônia era 50%. Em 96, foi ampliada para 80% pelo Fernando Henrique, por conta do desmatamento da Amazônia. A ideia era dizer o seguinte: *"Quem tinha 50%, veio a lei, vai continuar com seus 50%, vai ficar valendo a segurança jurídica. No caso específico, depois que veio para 80, quem tinha 80 fica 80"*. Isso é segurança jurídica. Nós não estamos dando anistia.

Aqui, não. Aqui o que se está fazendo é o seguinte, dizendo que isso vale para o Cerrado, para a Caatinga, para o Pampa, para o Pantanal. Só para V.Exas. terem uma ideia, quem desmatou até 2000 no Pantanal não tinha obrigação de reserva legal. O Código Florestal de 65 já dizia, gente: era para as florestas e demais formas de vegetação. Ele não falava em bioma, ele fala em região: ele falava *"o Leste Meridional, o Sul, o Centro-Oeste"*.

Então eu faço um apelo a todos aqui, um chamado à lucidez. Nós teremos consequências com a aprovação desse projeto. As grandes associações do agro têm dito que haverá repercussão internacional. Eu deixei a minha reserva legal, e aí o vizinho não deixou, e agora ele vai ser anistiado. Não dá para aceitarmos isso aqui dentro, gente! Eu estou pedindo, fazendo um pedido a todos, um chamado à lucidez. Vamos votar pela razão e manter o texto sem a anistia do desmatamento do art. 68.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Afonso Florence votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de ler o art. 68 que está no Código Florestal aprovado por este Parlamento, que teve como Relator o meu amigo Aldo Rebelo, que soube compreender o que é este Brasil quando viajou e ouviu quem produz.

E o Relator colocou lá o seguinte dispositivo: *"Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram"* — passado — *"supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de reserva legal"*. Quem não respeitou foi o Programa de Regularização Ambiental — PRA. É lá que se resolve, terá que recompor. Quem fez supressão de vegetação nativa respeitando a reserva legal, mas não tinha a autorização para suprimir, veio o Legislador de 2012 e disse: *"Você pode converter as suas multas"*. E disse que deveria ser observada a reserva legal prevista pela legislação em vigor à época.

Como há uma divergência, uma discussão dentro dos nossos tribunais, imaginem as senhoras e os senhores, um órgão ambiental quando vai a uma propriedade, se ele tem a discricionariedade de valer qual lei, falar que vale qual lei, ele vai

dizer a mais restritiva para o produtor rural. O Ministério Público Ambiental, então, quando vai propor ação de cobrança da multa, qual lei vai interpretar?

Agora o que fez o Legislador nas suas centenas de audiências públicas promovidas aqui neste Congresso Nacional ou neste Brasil inteiro? Ele analisou e decidiu, quando colocou o art. 68 à lei vigente à época e, dessa forma, quem suprimiu o que era permitido, mas não tinha autorização. Qual era a autorização para suprimir no Cerrado, em 1970, na Mata Atlântica, no Pantanal ou que seja na Amazônia? Nós só queremos fazer valer essas leis.

Quando nós colocamos dentro do art. 68 o marco temporal de cada uma das leis é para dar segurança jurídica ao produtor rural e àquele que produz alimento para o Brasil e para o mundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB mais uma vez pede uma reflexão de todos e todas. Apesar de muitos discursos afirmarem aqui que esse texto do PLV vai trazer segurança jurídica, na verdade, ele vai trazer exatamente o oposto. O que trouxe segurança jurídica foi o pacto firmado no Código Florestal, que trouxe modelo de desenvolvimento que permitia a construção de políticas públicas para o agronegócio, para mitigação das mudanças climáticas, ou seja, um amplo acordo que não era o acordo que cada parte queria, mas era o melhor acordo para o nosso País. Essa mudança é contrária.

Então, o PSB encaminha “não” ao texto do PLV nesta votação para que nós não venhamos mais na frente sofrer as grave as consequência da grave insegurança jurídica que a aprovação desse texto, da maneira como está sendo proposto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha obstrução, porque não concordamos com essa emenda na medida provisória.

Em português claro, essa emenda significa que aquele proprietário que está com a sua propriedade adequada com o Código Florestal, que mantém a reserva legal, que mantém a mata ciliar, vai ser enganado, vai ser uma sacanagem com ele, porque o vizinho que não tem a reserva legal, que não tem APP, para poder se adequar ao Código Florestal, teria que recuperar, teria que fazer um termo de compromisso e agora vai ser isento.

Essa é uma demonstração de uma minoria do setor agrário do Brasil que quer dizer à sociedade brasileira e ao mundo que o crime compensa, vale a pena não cumprir a lei, até pode tirar vantagem produzindo naquela área que devia ser reserva legal.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas encaminha "sim".

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Posso encaminhar pelo MDB?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha "sim".

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aqueles que hoje tecem comentários sobre esse processo, primeiro, não acreditaram no próprio Código Florestal aprovado e foram com quatro ADINS, tentando derrubar exatamente o que tinha na 68. A 68 deixa claro, absolutamente claro, e é o que queremos para a segurança jurídica, que a lei deve ser cumprida no tempo da sua aplicação. Ninguém pode ser obrigado a recuperar

área quando ele fez o manejo e a legislação de então permitia que o fizesse. É um absurdo dizer agora: "Olha, passou de 50 para 80, e você ficou devendo 30". "Então, agora vou ter que reflorestar? Como vou fazer com o Cerrado, se o Cerrado não tinha essa legislação?" Agora, então, as pessoas que estão plantando no Cerrado vão ter que deixar 20% para regenerar o cerrado. Isso é impor...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT muda para "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PT "não".

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero rapidamente aproveitar para parabenizar o Vice-Presidente Estadual do PSL do Ceará, o Deputado Delegado Cavalcante. Que Deus o abençoe! E eu o parabeno pelo seu fantástico trabalho no Ceará.

O PSL orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL?

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota "sim".

Faço um convite a cada um dos senhores para que, por favor, leiam o texto (art. 68, § 3º), para podermos avançar nesta discussão.

Em nenhum momento está sendo citada a anistia. Em nenhum momento há perdão para o mau produtor. Está muito clara apenas uma definição dos marcos temporais. Vamos votar isso com a devida lucidez que, de fato, é pedido aqui, mas com lucidez, interpretando aquilo que está escrito no texto ou não interpretando o que queremos interpretar. Precisamos de segurança jurídica, que vem exatamente no momento em que definimos datas. É isso o que precisamos fazer neste momento. A medida é muito clara, muito tranquila e não há motivo para uma discussão tão carregada de ideologias.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficar preso a um Código Florestal de 1965, que tem 54 anos, e achar que nada mudou, nada se desenvolveu até agora, principalmente em todas as tecnologias... Necessita-se de uma legislação nova.

Dessa forma, o PSD vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro o Código Florestal é de 2012. Eu, Presidente, como vários dos nossos companheiros do PSOL e ambientalistas fomos contra o Código Florestal, que já introduziu muitas cláusulas que devastam o meio ambiente.

Mas o que está sendo votado aqui é tão absurdo — tão absurdo — que rasga inclusive o Código Florestal. É uma anistia, uma benesse, um presente para desmatadores. Significa, na verdade, criar uma verdadeira insegurança jurídica, revogando vários artigos da lei e, nesse caso, o art. 68, § 3º, permitindo que áreas inteiras não sejam reflorestadas, não sejam refeitas, não sejam restabelecidas.

Nós precisamos mostrar à população que, na verdade, 5 milhões de hectares no Cerrado vão acabar sendo perdoados, e o meio ambiente vai perder.

É uma pena o povo não ter tido tempo para participar desse debate, porque, infelizmente, essa matéria veio de maneira açodada, excluindo a participação da sociedade para defender o meio ambiente.

Portanto, nós orientamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PROS orienta "sim".

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "obstrução", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PDT, "obstrução".

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - A orientação do PSOL é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSOL é "não".

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, o Solidariedade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, "obstrução", Presidente.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - O Cidadania, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSC?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que não podem realmente dizer é que essa votação é açodada, pelo amor de Deus. Ela já está sendo discutida aqui dentro há mais de 60 dias.

Portanto, o PSC orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania mantém a liberação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade tem a visão de que dar segurança jurídica é dar previsibilidade. Então, na verdade, o art. 68, com essa emenda, está deixando clara qual é a lei que tem que ser respeitada para cada um dos biomas.

Por isso, o Solidariedade vota "sim".

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB, como eu disse nos outros encaminhamentos, fez um debate profundo sobre esta matéria. Eu fui o representante do partido na Comissão Especial, votei com o Relator, conheço em detalhes, votarei, sim, mantendo no texto.

Temos a convicção de que o texto apenas está dando segurança jurídica. O art. 68, que é o artigo que está no Código Florestal, diz que não se pode querer exigir que alguém que tenha plantado uma lavoura de soja na década de 60, quando não havia uma lei estabelecendo limites de APP, ou melhor, de reserva legal, tenha que simplesmente destruir aquilo que já foi plantado. É o princípio do respeito da segurança jurídica.

Mas o PSDB tem algumas divergências. Em razão do espírito democrático que prevalece no partido, nós vamos liberar a bancada nessa questão específica. Mas eu declaro absolutamente convicto de que é sim...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Gilberto Nascimento, na última votação, votou "sim".

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, lá atrás, em 1930 e poucos, o Governo não só incentivou, como criou um programa de desenvolvimento de fronteiras agrícolas, a Marcha para o Oeste. Além de criar o programa, o decreto de 1941 determinou que o Governo financiasse e incentivasse o desbravamento da fronteira agrícola. Como queremos mudar totalmente a determinação agora?

O art. 68 fala de áreas consolidadas. Então, não dá para trazermos essa insegurança jurídica para o Brasil agora. Essa insegurança jurídica, esse bolo que está acontecendo agora penaliza o agro e penaliza muito mais o meio ambiente, porque há área a ser recomposta. Mas na hora em que o cara vai ao PRA, não sabe qual decreto usa, qual lei usa e não faz a recomposição.

Se trouxermos segurança jurídica agora, vai dar certo.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Nelson Pellegrino votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

"Sim" ou "não", Deputado?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é a votação decisiva desta MP. É onde separamos quem vai anistiar desmatador e quem não vai anistiar desmatador.

Só para recobrar aqui, nós estamos falando de um desmatamento do tamanho da superfície, uma vez e meia, da Lua. Estamos falando de um desmatamento, que vai ser anistiado aí, do tamanho de 5 milhões de campos de futebol, do tamanho do Estado do Rio de Janeiro, do tamanho de Portugal!

O PV é contra e orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição orienta "não".

Quem me antecedeu há pouco foi feliz. Este é o destaque fundamental, é um destaque do PSB que tem por objetivo evitar que permaneça o § 3º do art. 68. Nosso objetivo é retirar este parágrafo porque, na prática, ele representa um prêmio para quem desmatou ilegalmente. É uma anistia para quem praticou o desmatamento, que já era proibido.

Portanto, não se trata de uma questão de segurança jurídica, como tem sido dito; trata-se de uma escolha que o Parlamento brasileiro deve fazer: se vai proteger a reserva legal e obrigar a recuperação de vegetação nativa, ou se vai, simplesmente, anistiar o desmatamento e incentivar comportamentos ilegais.

Nós da Oposição já sabemos o que escolher: queremos proteger a lei e o meio ambiente. Por isso, votamos "não".

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vanderlei Macris votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria vai se colocar, neste momento, com o voto "não".

Nosso registro, neste momento, sobre o projeto, já está consolidado. Achamos que exacerba, extrapola, dentro das concessões já realizadas preliminarmente.

Sr. Presidente, queria destacar a decisão de hoje do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional um artigo extremamente polêmico da reforma trabalhista que impunha a mulheres grávidas e lactantes o trabalho em locais insalubres. O Supremo acaba de decidir que não é possível mulheres grávidas e lactantes trabalharem em locais onde a sua saúde e do seu bebê esteja ameaçada. Esta é a semana do combate à mortalidade materna. Ontem, esta Casa premiou os hospitais...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ricardo Barros votou com o partido nas últimas votações.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da bancada do PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira, um partido que tem uma contribuição histórica com esta Nação, com importantes iniciativas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a estabilidade econômica, através do Plano Real, a implantação do COAF no Brasil, quer fazer um convite a todos os Parlamentares que são amigos e parceiros da nossa bancada.

Na próxima sexta-feira, dia 31 de maio, estaremos reunidos em Brasília para fazer a nossa convenção nacional. Às 14 horas, aproximadamente, nós deveremos estar abrindo as urnas da eleição que deve trazer o nosso querido ex-Deputado Bruno Araújo como o próximo Presidente Nacional da nossa legenda. Nossa legenda se reorganiza para crescer e ganhar espaço em todo o Brasil.

V.Exa., assim como todos os membros da Mesa da Câmara, são os nossos convidados de honra, Presidente.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL muda para "obstrução", Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha "obstrução".

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL é "obstrução", Presidente. Não mudou ainda no painel. Obrigada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria muda para "obstrução".

A SRA. LEANDRE (PV - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PV muda a orientação para "obstrução".

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda para "obstrução".

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, permita que eu faça uma homenagem a uma estudante gaúcha. É com muito orgulho que anuncio que a estudante gaúcha do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul, Juliana Estradioto, conterrânea da minha cidade de Osório, será o nome de um asteroide. Como apenas 18 anos, ela se sagrou vencedora na categoria de Ciência dos Materiais da maior feira do mundo, ocorrida há poucos dias em Phoenix, nos Estados Unidos. A feira contou com a participação de 2 mil estudantes do ensino médio de 80 países.

O estudo de Juliana Estradioto foi a respeito do aproveitamento da casca de noz macadâmia para confeccionar uma membrana biodegradável para curativos de pele ou embalagens, substituindo o material sintético, sendo mais barata.

Quero parabenizar o Prof. Gil Davoglio e a sua neta e toda a família...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, para falar pela Liderança do PSDB, por 3 minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou fazendo o encaminhamento aqui não na condição de Líder, mas na condição de Deputado, uma vez que a bancada foi liberada.

Vou fazer um registro importante, Sr. Presidente. Essa medida provisória veio para cá com a finalidade de ampliar o prazo de regularização ambiental. Muitos artigos, incisos e alíneas foram acrescidos. Ouvi atentamente os argumentos daqueles que diziam que não havia ali jabutis, matérias estranhas; outros diziam da total pertinência do tema com o Código Florestal. Concordo com ambos os argumentos. E ainda havia aqueles que diziam que a matéria precisaria ser complementada, o Código Florestal precisaria ser complementado, por isso os acréscimos por medida provisória. Também compreendo que essa complementação deva existir.

Acontece, Sr. Presidente, que a forma não é através de uma medida provisória. O que aconteceu com o Código Florestal foi um debate, por 7 anos, do mérito do Código que se queria para o País. Uma medida provisória não pode alterar seus artigos sem que efetivamente nós tenhamos debatido nesta Casa com a necessária profundidade que o tema está a exigir. Portanto, meu voto pessoal é contrário a esse destaque, que ele não seja aprovado e que, portanto, nós não tenhamos essa definição do art. 68.

Mas, agora, faço uso da palavra por uma outra razão, Sr. Presidente. Na tarde de hoje, enquanto presidia esta sessão, a Deputada Geovania de Sá foi, de forma vexatória, eu diria, indelicada e indecorosa, instada por um Deputado que chegou a acusá-la de fraca. E ele fez isso aos gritos, Sr. Presidente.

A Deputada Geovania foi escolhida para integrar a Mesa em razão da sua postura equilibrada, do bom senso, em razão do preparo intelectual, em razão da forma cortês como trata os pares. Não tem o menor sentido o que fez esse Deputado. Eu queria dizer a esse Deputado que não é no grito que se vence um argumento. Ao contrário, quando se grita, se perde e se demonstra a fragilidade da voz para o argumento.

O bom debate se dá, Sr. Presidente, quando há uma estatura moral e não uma estatura física a sobrepor um homem a uma mulher. Este Parlamentar vem aqui para dizer que, em hipótese alguma, vai aceitar ataque às mulheres deste Parlamento, seja do partido que for! Vamos repudiar com veemência, como repudiamos o que foi feito hoje com a Deputada Geovania. Fica aqui a nossa solidariedade absoluta à Deputada Geovania, que, com muita elegância, representa o PSDB na Mesa desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Deputada Geovania de Sá não representa apenas o PSDB; representa todos nós da Mesa Diretora. Preside sempre com muita competência e respeito a cada um dos Deputados e Deputadas desta Casa. Eu tenho muita tranquilidade de me ausentar durante as sessões, Deputado Carlos Sampaio, porque sei que posso ser substituído com muita competência pela Deputada Geovania, além dos outros Deputados.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Parabéns, Presidente!

Queremos apenas confirmar que a orientação do Democratas é "sim". Houve um equívoco no painel, mas a orientação é "sim".

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de manifestar a minha indignação com o Projeto de Lei nº 2.948, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que praticamente liquida a possibilidade de surgimento da indústria naval no Brasil. Esse PL ataca a nossa soberania em matéria de estratégia e defesa de segurança, além disso fere, com gravidade, a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou me opor, fortemente, a esse projeto quando ele chegar aqui, porque a nossa indústria naval sempre teve uma boa tradição e merece ser defendida pelos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente...

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Félix Mendonça, nas votações anteriores, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dar como lido o meu pronunciamento *Fundo Amazônia e desmatamento recorde*.

O Ministro Ricardo Salles, simplesmente, está batendo cabeça com a Noruega e com a Alemanha, querendo utilizar 3 bilhões de reais do Fundo Amazônia, que tem destinação certa para recomposição de florestas, para indenizar invasores de terra. É disso que se trata! Ele está querendo mudar as regras no BNDES. Na verdade, 3% da área de unidade de conservação precisa ser indenizada a proprietários privados no nosso País.

Por isso, certamente eles estão perdendo o fundo amazônico. A Noruega não se dispõe mais a passar recursos para preservar as florestas. E nessa questão, empresários e o governo alemão querem cortar 3 bilhões.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Pela Liderança da Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Todos votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Pela Liderança da Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Já encerrou o prazo.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 252;

NÃO: 79;

ABSTENÇÃO: 2.

O TEXTO FOI MANTIDO.

Estão prejudicados os Destaques nº 10 e 13.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 29, às 17 horas e 21 minutos, com a seguinte Ordem do Dia: Medidas Provisórias nºs 867, de 2018; e 871, de 2019. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 21 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEUR LOMANTO JÚNIOR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GLAUSTIN FOKUS.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO.